

Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano¹

A reply to Von Martius: José Oiticica and a proposition of a new normativity for the historiographical practice at the republican dawn

Vicente da Silveira Detoni

Mestrando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
vicentedetoni@gmail.com

Piero di Cristo Carvalho Detoni

Doutorando em História Social
Universidade de São Paulo
pierodetoni@gmail.com

Recebido em: 25/03/19

Aprovado em: 04/05/19

Resumo: O presente escrito se constitui na transcrição do texto *Como se deve escrever a história do Brasil*, de autoria de José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), publicado na Revista Americana em quatro partes ao longo do primeiro semestre do ano de 1910. Estabelecendo um diálogo aberto com a *Dissertação* homônima de Karl Von Martius o texto propõe uma nova normatividade para a prática historiográfica em virtude dos debates, acirrados na virada do século XIX para o XX no Brasil, sobre a cientificidade do conhecimento histórico, e da necessidade de se determinar um sentido para a história do Brasil após a Proclamação da República em 1889. A transcrição segue a grafia original e as notas contidas no texto são do seu autor.

Palavras-Chave: José Oiticica, Historiografia Brasileira, Primeira República.

¹ OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910; OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. II - (Maio), Anno I, N. 8, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 292-299; OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. III - (Junho), Anno I, N. 9, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 419-425; OITICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. IV, Fasc. I-II - (Julho-Agosto), Anno I, N. 10-11, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 182-202. A presente transcrição é uma compilação das diferentes partes que compõem o ensaio de José Oiticica, publicado em quatro partes, e toma como referência os números que se encontram na Casa dos Contos em Ouro Preto - MG, e os números da Revista Americana disponibilizados digitalmente pela Biblioteca Nacional.

Abstract: This writing is a transcription of the text *How the history of Brazil should be written*, by José Rodrigues Leite Oiticica (1882-1957), published in four parts throughout the first half of the year of 1910 in the *Revista Americana*. Establishing an open dialogue with the homonymous *Dissertation* by Karl Von Martius, the text proposes a new normativity for the historiographical practice, due to the debates in Brazil at the turn of the XIX to the XX century about the scientificity of historical knowledge, and the need to determine a meaning for the history of Brazil after the Proclamation of the Republic in 1889. The transcription follows the original spelling and the notes in the text belong to its author.

Keywords: José Oiticica, Brazilian Historiography, First Republic.

O plano de escrita da história do Brasil de Karl Von Martius foi vencedor do concurso de monografias, proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840, dois anos após a sua fundação, com o intuito de que se apresentasse um programa para se escrever a “história antiga e moderna do Brasil” (IHGB, 2010). A *Dissertação* intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* datada de 1843 foi publicada na Revista do IHGB pela primeira vez, e por um descuido, em 1844. Essa vitória marcou “uma nova etapa na operação historiográfica do IHGB, mais orientada, mais científica” (CEZAR, 2003, p.183), e instaurou uma primeira ordem e uma certa normatização para os trabalhos posteriores da agremiação. O principal historiador do século XIX no Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, teria, em certa medida, seguido em sua *História Geral do Brasil* as bases do modelo proposto por Martius (CEZAR, 2003, p.178). Os traços gerais projetados por Martius, e concretizados em uma obra monumental como a de Varnhagen, fazem dessa peça um elemento central na relação entre a disciplinarização da escrita da história e a formação do Estado-Nação moderno no Brasil (GUIMARÃES, 1988). Durante o século XX esse plano permaneceu gerando efeitos sobre a forma pela qual se escreveu a história do Brasil. O ensaísta Gilberto Freyre, outro importante autor preocupado com a formação da identidade nacional brasileira, operacionalizou em seu *Casa Grande e Senzala* as premissas estabelecidas por Martius, mesmo que por meio de alguns deslocamentos fundamentais (NICOLAZZI, 2011, p.439). No entanto, um jovem republicano do início do século XX, chamado José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957), ainda pouco conhecido na historiografia brasileira, contestou este tão influente modelo. Martius não ficou sem resposta.

O *Como se deve escrever a história do Brasil* de autoria de José Oiticica foi originalmente publicado em quatro partes nos respectivos números de abril, maio, junho e julho/agosto do ano de 1910 da *Revista Americana*, um periódico originário das fileiras diplomáticas do Itamaraty, tido

como um importante instrumento da política americanista do Barão do Rio Branco (CASTRO, 2012). José Oiticica é conhecido na história social e na memória do movimento operário por sua militância política e participação na Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro (LAURIS, 2009), bem como na historiografia da educação por sua carreira como professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II e atuação como educador nos centros de sociabilidade operária na primeira metade do século XX (FIGUEIRA, 2008). No momento de produção do seu próprio *Como se deve escrever a história do Brasil* José Oiticica, contudo, se distancia um pouco dessa imagem mais cristalizada construída sobre ele. Com 28 anos em 1910 José Oiticica é um jovem liberal, professor de história no Colégio Batista no Rio de Janeiro, com uma trajetória profissional marcada até então por sua atuação como docente e diretor de escolas de nível secundário, com destaque para a sua iniciativa na fundação do Colégio Latino Americano em 1906, um projeto educacional inovador à época situado no Rio de Janeiro, e diretamente amparado nos princípios da “Escola de Le Play” (NEVES, 1970).

A réplica de José Oiticica a Von Martius insiste em estratégias de convocação ao debate próprias do século XIX. O recurso à homofonia foi, segundo Roberto Ventura (1991), recorrente nas discussões letradas e eruditas entre os brasileiros desse período. De acordo com o autor, lançar mão desse artifício fazia parte da lógica do debate intelectual da época, caracterizada por uma combinação entre crítica e polêmica. Para Ventura (1991), essa lógica aliava a tradição de cantadores e repentistas, de poetas populares e sertanejos, à procedimentos pertencentes ao ambiente dos tribunais e da prática dos bacharéis, em um jogo obstinado de chistes e gracejos, réplicas e trélicas. Sílvio Romero, um exímio combatente nesses duelos intelectuais, frequentemente imitava, com tons de ironia e de provocação, as formas utilizadas por seus adversários em textos de seu próprio punho, de modo a desafiá-los ao debate (VENTURA, p. 10).

Talvez persistências de lógicas antigas da vida literária nos trópicos, talvez outra marca da presença de Sílvio Romero em sua trajetória intelectual, José Oiticica imita neste texto tanto o título quanto obedece a uma estrutura interna muito parecida com a estabelecida na *Dissertação* de Von Martius; em que se divide o plano de escrita da história do Brasil entre traços gerais (“pontos de vista gerais”, para Martius, e “problemas gerais” para Oiticica) e ideias secundária, tendo como desfecho, em ambos os textos, figuras sobre o historiador e o seu trabalho. Ao evocar Martius

o revide de José Oiticica abre uma controvérsia com os vivos que mantém presente na prática dos historiadores do início do século XX a orientação do já falecido naturalista alemão. Assim, a réplica abandona a carga pessoalizante, e o duelo assume um caráter geracional entre os últimos bastiões de ideias tidas como arcaicas, retrógradas, ultrapassadas (nos termos de Ventura, a “metafísica do passado”) e os paladinos de princípios percebidos como mais modernos, atualizados e irrefragáveis (a “ciência do presente”). Atendo-se a doutrinas, a discussão, contudo, não deixa de ter como horizonte encerrar no passado Von Martius e seus seguidores.

Em termos gerais pode-se dizer que a outra maneira de se escrever a história da nação brasileira proposta por José Oiticica seria fundamentada não mais na “lei de forças diagonais” (MARTIUS, 2010), do contato e da reunião de três diferentes raças humanas que teriam formado o caráter nacional brasileiro, mas em um sistema ancorado em uma filosofia da natureza ou cosmologia muito particular, que prescrevia que a história do Brasil deveria ser escrita como a história da amálgama, choque e mescla de diversas *energias* (cósmicas, sociais, vitais) que teriam se encontrado no território que veio a se tornar o Brasil. Este texto homônimo ao de Karl Von Martius, contudo, não se limita a uma mera substituição de conteúdos, temas, personagens, acontecimentos da história do Brasil, demandando, por sua vez, transformações mais profundas no próprio fazer historiográfico. Procurando elevar a historiografia brasileira a uma condição ainda mais moderna do que teria conseguido Martius, Oiticica acrescenta uma perspectiva filosófica bastante particular ao método social da Escola de Le Play, tornando, assim, possível se discernir o sentido da história do Brasil; e sugere, ainda que brevemente, as bases teóricas que considera necessárias para a elaboração e para a execução de uma historiografia considerada como ciência. Ele prescreve, pois, formas possíveis para a estruturação de uma escrita da história do Brasil a partir de novos fundamentos condizentes com a atmosfera epistêmica própria do seu tempo.

Creemos que a circulação desse documento oferece ao leitor interessado traços significativos do passado da disciplina história no contexto da passagem do século XIX para o XX, naquilo que se convencionou ser chamado de Primeira República. A fonte aqui transcrita fomenta reflexões sobre a história da historiografia no Brasil, notadamente localizada em uma situação estratégica tanto intelectual quanto política: aquela que marca os anos em torno da implementação da República no Brasil e do avigoramento do debate sobre a constituição da

história enquanto um saber moderno e científico. Na abertura dessa conjuntura epistêmico-historiográfica percebemos, e o texto de José Oiticica aparece como um indício e como uma evidência, uma crítica consistente aos regimes historiográficos vigentes no período imperial (NICOLAZZI, 2017), em maturação desde o famoso *bando de ideias novas* de que nos informa Sílvio Romero (ALONSO, 2002), mas acirrada com o advento do regime republicano. Já no ponto de delimitação, e que a fonte em termos de sua performatividade ainda alcança, deparamo-nos com o período em que as iniciativas varguistas, intensificadas após a deflagração do *Estado Novo*, começam a assumir o controle das instâncias culturais no Brasil buscando a promoção de uma renovada perspectiva para a nossa história. Também encontramos nesse contexto o surgimento das primeiras universidades no país, as quais almejam, destacadamente entre os cursos de História, de Geografia e de Ciências Sociais, monopolizar as interpretações sobre a história pátria (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018).

Além da sua relevância para a discussão atual sobre a historiografia brasileira da virada do século XIX para o XX, uma das virtudes contidas no *Como se deve escrever a história do Brasil* de José Oiticica se encontra, segundo nosso entendimento, na sensação de estranheza, bem como de surpresa, que as formulações do autor provocam aos olhos do nosso presente e diante do cânone de autores, de obras e de temas que circundam a história da historiografia brasileira. Ademais, a prescrição evidencia uma espécie de promessa historiográfica não cumprida, algo como um indício de um futuro passado da disciplina, no que tange aos caminhos possíveis e nunca trilhados pela historiografia brasileira (em suas tentativas de se tornar, definitivamente, moderna).

A proposta dessa transcrição na seção de documentos da *Revista Temporalidades* é, portanto, trazer à tona (em nosso presente) a pluralidade de escritas e de modos de fazer história deixadas à margem, recuperando, no limite, essas “potencialidades” esquecidas e inexploradas (DOSSE, 2003, p.10-11); sugerindo, então, a compreensão também da “modernização” da historiografia como um processo multidirecional, de modo a desestabilizar as narrativas unívocas (ou as repetidas remissões aos cânones) que constituem e que garantem identidade disciplinar à historiografia (TURIN, 2003, p. 5).

Nessa direção, a seguinte transcrição toma como referência os números da *Revista Americana* que se encontram no acervo de periódicos da *Casa dos Contos*, em Ouro Preto, e é elaborada a partir do cotejamento da referida versão com os números disponibilizados pelo

acervo digital da Biblioteca Nacional. Os autores da transcrição optam por manter a grafia própria do texto e não realizam tradução de termos em língua estrangeira, além de não realizarem trabalho de notação. As notas contidas no texto transcrito são do seu autor.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX. Ensaio de história intelectual. IN: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Intelectual**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira. **Tese de Doutorado** apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 1988.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

LAURIS JR., Renato Luiz. José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista. **Dissertação** apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Conhecimento: História e Sociedade, 2009.

MARTIUS, Karl Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

NEVES, Roberto das. José Oiticica: Um anarquista exemplar e uma figura impar na história do Brasil. In: OTTICICA, José. **Ação Direta**. Rio de Janeiro, 1970. p. 9-10.

NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio. NASCIMENTO, Bruno César Nascimento. **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro:** Sívio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de Mestrado em História. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003, p.5.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical:** história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, Rio de Janeiro: Edificio do Jornal do Commercio, 1910, pp. 109-117

Como se deve escrever a história do Brasil

I

É esse o mesmo titulo de um trabalho publicado por Martius no sexto tomo da *Revista do Instituto Historico*.

Araripe Junior e João Ribeiro qualificam-no de admiravel². Ha de o leitor, portanto, perdoar a afoiteza de retomar eu o assumpto tratado por tal mestre.

Comquanto os seus conselhos sejam de todo o ponto excellentes, tenho que não bastam para constituir o arcabouço completo da nossa interessantissima historia.

Sobretudo, Martius não systematiza, não submete as suas idéas a um plano geral de philosophia historica, de cujos principios desça á exacta interpretação dos factos particulares. [p.109]

De outro lado, nossos melhores historiographos baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influencia por elles exercida na evolução da sociedade brasileira.

Examinando, mesmo perfunctoriamente, a dissertação de Martius, convencer-nos-emos de que não passa de admoestação sem unidade; são avisos optimos, insinuações profundas, mas sem vista de conjuncto e insufficientes.

Debalde, com effeito, ahi procuraremos referencias aos mais palpitantes problemas surgidos em épocas de renovação da nossa sociedade.

Como tratar o historiador da *conquista da terra*? Como estudar a questão da *independencia da colonia*? Como descrever a *formação da nacionalidade*? Como discriminar as actuaes tendencias do

² João Ribeiro – *Historia do Brasil* – pag. 300 – Araripe Junior, no prefacio a esse livro, pag. X, escreve: “O auctor, conforme declara em uma nota final do livro, seguiu á letra as indicações de Martius, que incontestavelmente foi o iniciador da philosophia da historia da civilização do Brasil, no admiravel trabalho *Como se deve escrever a historia do Brasil*.”

país á luz dos principios decorrentes da elaboração tradicional?

São assumptos magnos, entre muitos, a que Martius nem allude. A sua atenção voltou-se quasi exclusivamente á consideração do caldeamento das três raças e dos contrachocos das primeiras relações. Isso, com mais a idéa da separação da *historia commum* da *historia local* nos cinco nucleos primordiaes e é tudo a quanto o sabio americanista se limita.

Começa elle a dissertação insistindo na importancia de serem contempladas as três raças constitutivas da ethnica brasileira, idéa aliás correntemente acceita hoje por toda a gente.

Entre os conceitos que se seguem a par de alguns accéitaveis sem ambages, outros ha merecedores de critica demorada.

Sirva de exemplo o que diz do modo de estudar o indio: “Só depois de haver estabelecido um juizo certo sôbre a *natureza primitiva* dos autochthones brasileiros, poder-se-á continuar a mostrar como se *formou o seu estado moral e physico* por suas relações com os emigrantes; em que estes influiram por leis e commercio e communicação sôbre os indios e qual a parte que toca aos boçaes filhos da terra no desenvolvimento das relações sociaes dos portugueses emigrados”.

Que pretende elle indicar com a vaga expressão – *natureza primitiva*? Entendo que seja o estado social dos indigenas antes de aqui aportarem os portugueses. Mas elle afirma que só conhecendo aquella [p.110] poder-se-á mostrar como se *formou o estado moral e physico* por suas relações com os emigrantes. E que *estado moral e physico* é esse que se formou após a chegada dos colonos?

Logo depois asseverava o auctor que o estudo dessa *natureza primitiva* tem de ser feito pêlo cabal inquerito da lingua e das tradições, cumprindo alargar as investigações archeologicas e organizar dictionarios das linguas aparentadas ao tupi. Ora, se fôssemos a emprehender tal obra para só depois iniciar a escripta da nossa historia, não a teriamos tão cedo.

Martius faz questão capital da archeologia. Não tem razão. Não só essa sciencia é de resultados problematicos, como nada adeantarâ para a verdadeira *historia do Brasil*. Não adeantarâ nada porque da parte do homem vermelho, só importa a esta a sua organização social em 1500.

Derivem os seus costumes donde derivarem, seja a agglomeração india uma civilização decaída ou um gráo infimo de uma civilização crescente, o que vale para a noção dos

acontecimentos é o seu estado na época do descobrimento. A archeologia pouco voga nesse caso. O passado da raça vermelha de nada vale para determinação do typo social das florestas e campos americanos.

A afirmação de Martius de que essa determinação só se conseguirá com o estudo das tradições é insustentavel. Sem averiguar a proveniencia de uma só usança temos hoje recurso valiosissimo para reconstituir o typo evolutivo do indio brasileiro. Conto em tempo publicar as minhas pesquisas nesse ponto.

Entra em seguida o auctor a ensinar como se devem analysar as relações sociaes, os usos e os costumes dos indios, mas a sua orientação nesse terreno está inteiramente prejudicada pelas novas correntes scientificas. Nenhum historiador consciencioso poderá prescindir actualmente dos resultados da escola de Le Play e Tourville, que fornece processos de exame systematico.

No tocante á sociedade portuguesa, a physcologia do colono, á sua modificação no meio brasileiro, as asserções de Martius exigem, muitas dellas, critica severa, para apurar-se o que ha de accetavel do que merece refugio.

Diz elle: “Quando os portugueses descobriram o Brasil e nelle se estabeleceram, acharam os indigenas proporcionalmente em tão di-[p.111]minuto numero e profundo aviltamento, que nas suas recém-fundadas colonias podiam desenvolver e estender-se quasi sem importar-se dos autochthones. Estes exerceram sôbre os colonos uma influencia negativa tão somente, porquanto só os forçaram a acautelar-se contra as suas invasões hostis e, por isso, crearam uma instituição singular de defensa: *o systema de milicias*. A influencia dessas milicias é grande e importante por dous motivos: por uma parte ellas fortaleciam e conservaram o espirito de empresas aventureiras, viagens de descobrimento e extensão do dominio português; por outra, favoreciam o desenvolvimento de instituições municipaes livres e de uma certa turbulencia e até desenfreiamento dos cidadãos, capazes de pegar em armas em opposição ás auctoridades governativas e poderosas ordens religiosas. De outro lado, achamos tambem nisso a causa dos successos das armas portuguesas contra diversos invasores, os franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, os hollandeses em grande parte da costa oriental”.

Mais adeante: “Assim vemos que a posição guerreira em que se collocou o colono português para com o indio contribuiu muito para a rapida descoberta do interior do país, como

igualmente país a extensão do domínio português. A natureza particular do país, principalmente a abundancia de ouro, não era de pequeno momento, porquanto as primeiras viagens de descoberta eram antes incursões de rapinas contra os indigenas, a que escravizaram, ou só tinham por feito a descoberta de riquezas mineraes”.

Por menos que reflectamos nessas idéas, immediatamente perceberemos que requerem séria revisão. O historiador não as poderá seguir sem detido exame para destacar as contradicções e os enganos, do que possa haver de veridico.

Insta Martius por mostrar no que differe a colonização lusitana do seculo XVI da colonização moderna e, para bem caracterizá-la, filia-a ao movimento de empresas maritimas, desejando que se não perca de vista, no historiá-la, a historia correspondente do commercio da India. Só assim, para elle, se descobrirá a causa da corrente emigratoria para as capitánias.

Chama depois a attenção para o acurado estudo da Companhia de Jesus, cuja influencia foi decisiva e quer que se esmiucem os vastos repositórios de informações esquecidos nos archivos dessa associação. [p.112]

Pede que o historiador desça aos pormenores da vida colonial penetre-lhe a familia, indague, uma por uma, das circumstancias em que se manifestaram os episodios intimos.

Tudo isto está bem, mas o autor não nos apresenta o meio de enfeixar esses factos, de lhes imprimir a exacta feição historica ou discernir os effeitos produzidos nos subsequentes sucessos.

Além disso, um mesmo facto pode ter significação multipla, *repercutir-se*³ em varios sentidos, cumprindo ao methodo scientifico indicar o meio de pôr em evidencia essa variedade de actuação.

Martius procede como o zoologista que mandasse estudar, a fundo, os caracteres dos insectos, dos crustaceos, dos myriopodes, dos arachinideos, etc., sem apontar as bases da classificação que os agrupa num todo, os *arthropodes*, que os encaixa num sub-ramo ainda maior, os *artiozoarios*, que os reúne num ramo ainda mais vasto, os *metazoarios* e que leva a achar a derivação uns dos outros ou a sua procedencia commum de uma fonte remota. Só assim

³ Êste termo pertence á technica da escola de Le Play. Ver o fascículo *La Méthode sociale* por Demoulims, Pittot et Rousiers. Paris, I, 1906.

conseguiu a biologia entrever a mesma origem para os *phytozoarios* e para os *artiozoarios* accentuando o *modo de procura dos alimentos* como factor determinante da morphologia dos *metazoarios*. Só assim divisou os laços de união que prendem os *vertebrados* aos *vermes*, salientando nelles o character commum da *metamerização*.

Esse criterio director ainda falta para a historia, por mais geniaes que tenham sido as tentativas para formulá-lo desde Vico até Lacombe⁴, ou até Azambuja, nos seus ensaios de applicação do *methodo social* de Tourville á historia⁵.

Com toda a razão requer Martius para o elemento africano o mesmo cuidado que para as outras duas raças, pois os negros são parte componente na formação do typo social brasileiro.

Condemna a menção de factos insignificantes, dos simples casos inexpressivos que se afogam na multidão dos necessariamente importantes. Qual, porém, o criterio dessa expurgação? Não nos diz e é esse um seguro indicio de que a falta de methodo em historia tem sido até o hoje o maior empecilho para a sua elevação á categoria de sciencia. [p.113]

Por isso, ainda homens illustradissimos, eruditos de polpa, desperdiçam esforços extraordinarios na verificação de datas sem valor ou episodios sem nenhum interesse historico.

Emfim, Martius expõe, num rasgo de genio, a necessidade de separar a *historia geral* da *historia particular* de cada nucleo primitivo, em vista da desconformidade do meio entre elles.

Ahi estão condensadas as ideias de Martius. São, como se vê, idéas esparsas e incompletas.

Proponho aqui outra orientação, certo das difficuldades da obra, que será, não difinitiva conquista, mas esforço para ella.

II

Para comprehensão perfeita do que recommendo para se escrever a nossa historia, devo expor, de relance, os fundamentos da sciencia da historia, conforme os desenvolverei no meu *Systema da historia*.

O phenomenos historicos são phenomenos concretos. A sciencia que os estuda deve ter

⁴ Lacombe - *De l'histoire considerée comme science*. Esse livro é para mim a melhor contribuição para a sciencia da historia.

⁵ Ver a sua obra *La Grèce ancienne*, trabalho intensamente sugestivo.

por base a mesma base das sciencias concretas referentes aos phenomenos concretos.

Reduz-se ella ás manifestações das fôrças cosmicas, ao modo de ser do Universo tangivel.

Se occorem sem que haja transformações dos corpos⁶, inscrevem-se no dominio da *physica geral*. Se apparecem acarretando transformações dos corpos, pertencem á *chimica*. Se desabrocham nos seres organizados, constituem o objecto da *biologia*. Se se nos deparam nas sociedades, são da esphera da *sciencia social*.

Ora, os phenomenos historicos fazem parte das sciencias sociaes.

São a *dynamica social*.

Manifestam sem duvida uma fôrça ou, para unificar a tecnologia, são manifestações de uma energia especial.

Nos corpos brutos, a energia pode assumir varios aspectos: energia *mecanica, thermal, chimica, electrica, intra-atmica*.

Nos corpos organicos adiciona-se a essas a *energia vital*, ainda indefinida, e a energia *psychica*, para muitos distincta da vital. [p.114]

Nas sociedades, a energia manifesta-se sob feições várias: energia *physica*, energia *mental*, energia *moral*, energia *pratica* e energia *social*, decorrendo as duas ultimas da correlação das três primeiras.

Não posso aqui deter-me na justificação dessa divisão quintupla. Mas a sua realidade é incontestavel e synthetizo-a numa expressão geral: a *fôrça humana*. A historia é, assim, a parte da sciencia social que estuda as leis de evolução da fôrça humana. Della se deduzem os meios seguros de *administração*, que vem a ser a *arte* de desenvolver a fôrça humana.

Ora, o desenvolvimento da fôrça humana, fim essencial da sociedade, só se opera pela dominação das *fôrças naturaes opponentes* e aproveitamento das *fôrças naturaes concorrentes*.

Exemplo: um dos obices do rapido augmento da fôrça humana é a *distancia* entre os nucleos humanos. Para vencer essa opposição natural, o homem teve de crear a *viação*. No trabalho de abertura de uma estrada de rodagem ou de travessia de um deserto ha fôrças naturaes

⁶ É claro que sigo aqui a distincção usualmente adoptada. Os phenomenos de disassociação da materia, comquanto operem uma *transformação* da materia, são do dominio da *physica*.

opponentes e *fôrças naturaes concorrentes*. Destas se aproveita a *fôrça humana* para vencer áquellas e reduplicar o seu proprio cabedal de energia.

O ultimo acto dêsse bellissimo drama é a *viação aerea* a que estamos assistindo, podendo contemplar *de visu* esse processo historico de desenvolvimento da *fôrça humana* pêlo aproveitamento de certas *fôrças naturaes* que com ella *concorrem* para subjugar as opposições da natureza.

Cada *lucta* dessas chama-se *um problema*.

Toda nossa vida individual consiste na resolução de pequenos problemas em cada um dos quaes ha *fôrças opponentes* e *fôrças concorrentes*, cumprindo-nos dominar umas por meio das outras para augmentar nossa propria *fôrça* (riqueza, saude, consideração, condição social).

O agricultor que lavra o terreno tem o seu problema principal a regular: tirar do solo a maior colheita possivel que lhe dê o maior lucro possivel. São *fôrças opponentes*: a ruindade da terra, as intemperies, os insectos nocivos, a falta de braços, os impostos elevados, os fretes altos, o afastamento dos mercados. São *fôrças concorrentes*: a sciencia, os instrumentos de lavoura, a emigração, os processos [p.115] technicos e agricultura, a *viação*, a propaganda de abaixamento das tarifas, o capital.

O cabal emprêgo dessas *fôrças favoraveis* para annullar as *fôrças contrarias* constitue a resolução do seu problema, pois lhe augmenta a *fôrça individual*. Do mau uso dellas resulta perda, prejuizo, *diminuição* de *fôrça*.

As sociedades têm de igual forma os seus problemas a regular. A vida da sociedade consiste exclusivamente nisso. A sociedade *progride* quando ha augmento de *fôrça humana*, *regressa* quando ha diminuição, *estaciona* quando não ha augmento nem diminuição sensiveis.

Dahi temos nós um criterio seguro para julgar das acções individuaes ou dos episodios sociaes. Se uma acção ou um episodio contribue para *augmento* da *fôrça humana* é *bom*. Se para a diminuição, é *mau*.

Dahi tambem o criterio certo de administração.

Devem ser levados a effeito os actos administrativos que promovem *augmento* de *fôrça* e evitados os que occasionam *diminuição*.

As grandes reformas e os movimentos sociais acham nessa concepção fácil meio de avaliar a sua oportunidade e dirigir a sua propaganda.

O feminismo, por exemplo, será um movimento social justificável? Sim, porque sendo a *mulher* um reservatório notável de *fôrça humana* até agora mal aproveitado e constituindo o feminismo a *entrada em acção* dêsse accumululo de fôrça, virá augmentar a quantidade de fôrça humana igual.

Eis ahi, em ligeiro escôrço, as bases geraes do systema. São simplissimas.

Para, á luz dellas, estudarmos a historia de um povo temos de determinar as fôrças *opponentes* e as *fôrças concorrentes*. Verificadas umas e outras, que são, note-se, a expressão do *meio*, da *tradição*, do *typo social*, cuja evolução começa, assentamos quaes os *problemas* a resolver.

Em seguida classificamos os factos historicos successivos de acôrdo com esses *problemas* ou os novos que forem surgindo.

E aqui tocamos num ponto essencial: o da *classificação dos factos historicos*. [p.116]

É um trabalho que se impõe.

Ninguém até hoje o tentou. Entretanto, não houve sciencia que se formasse abstando-se dêsse poderoso meio de estudo, nenhuma acelerou a marcha para a pesquisa de suas leis sem discriminar previamente os phenomenos característicos, agrupá-los, seccioná-los, de tal arte que as analogias por si mesmo falassem e por si mesmos os contrastes revelassem as divergencias essenciaes.

A comparação posterior entre as varias classes leva naturalmente os sabios a explicar o porquê das semelhanças e das antinomias. Dahi a ascender ás causas immediatas é mister mais fácil e esforço mais proficuo.

De tudo concluímos que para escrever a nossa historia devemos antes de tudo verificar as fôrças naturaes favoraveis ao desenvolvimento da fôrça humana que aqui veio achar campo de crescimento e quaes as fôrças *opponentes*; determinar os problemas que surgiram e, de acôrdo com elles, classificar os factos para, em seguida, compará-los e descobrir como foram esses problemas resolvidos, onde os erros, onde os acertos. Finalmente, indagar quaes as tendencias actuaes da nossa sociedade e quaes os problemas urgentes a resolver para o desenvolvimento da nação.

A historia será, nesse caso, legitimamente, a *mestra da vida*.

(*Continúa.*)

José Oiticica.

[p.117]

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. II - (Maio), Anno I, N. 8, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 292-299

Como se deve escrever a historia do Brasil

II

Em poucas palavras se define a historia do Brasil: *de como a civilização portuguesa enxertada dos índios e dos negros fundou uma nação na America do Sul*.

Deixo de parte os elementos estrangeiros, porque só agora principiam a influir na vida brasileira. Temos sido em todo o nosso organismo nacional exclusivamente portugueses⁷.

Essa definição accentua bem a acção de Portugal, dando lhe a inteira responsabilidade no emprehendimento da sua obra maxima.

“Uma nação formada, livre e forte, na America, e quasi metade da metade austral da Africa a colonizar e a explorar: eis ahi o que [p. 292] foi e o que é a obra dos portugueses” (Oliveira Martins - *O Brasil e as colonias* – pag. VII).

Contemplando esse Portugal colonizador do Brasil, acode-nos logo a idéa da enorme desproporção entre as *Fôrças concurrentes* e as *Fôrças opposentes* á colossal empresa. A despeito das façanhas do Indio e do subsequente arranco para a Africa, nunca foi Portugal uma nação forte. Não tinha riqueza propria e ninguem coloniza sem largo capital.

O Brasil foi um mundo explorado por liliputianos.

Faltava-lhes a educação mental, moral e pratica requeridas por tarefa de tal monta. A sua literatura classica é de uma ignorancia crassa fóra do latim, da theologia e da rhetorica. Produziu apenas estylistas, historiographos sem descortino e Camões. O Padre Vieira é talvez uma exepção, mas as suas frivolidades na defesa das prophecias de Bandarra e a deficiencia de idéas dos seus

⁷ Podemos ainda hoje dizer com Handelman: “Das kaiserthum Brasilien hat in einer ganzen historischen Entwicklung eine seltene Continuität bewahrt: von Anfang an bis jetzt blieb sein gesamtes Gebiet in den händen eines einzigen Volke, und wenn auch andere Nationen sich einzudrängen versuchten oder fremde Elemente herbeigezogen wurden, so haben sie doch bisher niemals einen grössern nachhaltigen Einfluss geäußert” *Geschichte Von Brasilien*, p. 4.

Sermões denotam francamente o cultivo da época. Bernardes é também exemplo vivo dêsse atraso completo.

A moral minguava sob todos os pontos de vista. O caracter português era um mixto de superstição, bravura inconsciente e indisciplina. A massa colonizadora era a besta musculosa, sem aspirações e sem cultura, sem freio e sem o dominio de si mesma.

Por isso, a civilização portuguesa do seculo XVI é uma illusão.

A epopéa das conquistas foi um fruto apenas do *heroismo instintivo*, como a concebeu Oliveira Martins⁸. Foi um acesso de aventuras felizes, um lance ephemero da roda da fortuna. Esgotada a collecta dos thesouros da India, o país estava pobre como dantes.

O mister do historiador é analysar, antes de tudo, a sociedade portuguesa, estudando lhe as fôrças physicas, mentaes, moraes, praticas e sociaes⁹.

Feito esse balanço, cumpre discriminar os primeiros problemas deparados aos colonizadores pêla situação especial da terra a povoar.

Numa era de pirataria e concurrencia na partilha da terra, a primeira necessidade de cada proprietario era manter a sua posse. [p. 293]

Dahi o primeiro problema a resolver: *defender a terra contra os estrangeiros*.

Todos sabem aliás que o Brasil fôra esquecido nos primeiros annos pêla metropole occupada na India. As tentativas dos estrangeiros em se intrometterem e fixarem pêla costa foram o ferrão que despertou o govêrno central determinando as expedições de simples policial.

Nesse pé, o historiador cuidará da classificação dos factos relativos ao assumpto, tendo em vista dous problemas secundarios derivados do problema principal. Tratarei dêsses depois de haver exposto os capitaes.

Seja dito de antemão que a colheita dos acontecimentos ou medidas tomadas para assegurar a defesa deve-se estender até aos nosso dias. A organização actual do exercito e da marinha, a guarda das fronteiras, o estabelecimento de fortalezas são, tudo, recursos para a defesa do país contra estrangeiros.

⁸ Veja-se: *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, c. III.

⁹ Tenho sempre proposto essa quintupla divisão da educação em contrariedade á divisão tripartida, universalmente acceita, mas inadmissível.

Apenas a função exercida outrora pêla metropole portuguesa passou naturalmente para o govêrno nacional após independência.

A classificação dos factos está por mim feita. Como pretendo aqui dar somente uma orientação aos investigadores da nossa historia acho descabida a sua exposição neste ensaio.

O segundo problema foi o da *Conquista* da terra.

A opposição dos indigenas e a propria vastidão do territorio o determinaram. As expedições de reconhecimento se inscrevem naturalmente nesse capitulo, ainda não terminado. Regiões inexploradas, habitaculo de tribus selvagens, reclamam ainda a intervenção dos poderes publicos para a sua conquista definitiva. O character della variou. Fez-se até então violentamente, pêla só fôrça das armas embaladas, desperdiçando-se dess'arte um serio contingente de *fôrça humana* aproveitavel. Hoje vamos felizmente comprehendendo a questão diversamente e os ultimos actos do Govêrno Federal dão esperanças de acertarmos de vez com o verdadeiro rumo.

Mostrará o historiador as condições em que se travou a lucta, a superioridade do português sôbre o indio, o caminho que tomou a conquista, as vicissitudes por que passou.

Outro facto consideravel nesse movimento foram as missões. Os documentos elucidativos da acção dellas não me parecem ainda satisfac-[p.294]torios. O fim precipuo da investida dos jesuitas nos sertões era, consoante o pensar de Vieira, dilatar a christandade, convertendo os indios á observancia dos ritos e á submissão á corôa.

Se alguns queriam o aldeamento autonomo, ficou isso em ideal, pois a realidade pendeu para o escravizamento desapiedado.

Mas, de um ou de outro modo, cooperou a catequese na obra de apossamento do territorio, desfazendo immensamente a resistencia dos selvicolas.

Em parte, aliás, valeu-se tambem a imposição violenta, a conselho dos directores mesmos da evangelização dos bugres.

Na opinião de alguns, mais pêla fôrça que por amor, se haviam elles de reunir.

Os dous problemas seguintes provieram do ideal mesmo dos colonizadores. São fruto directo da ansia que os impellia á avassallação da America e da Africa: a ambição de riqueza.

A riqueza se obtinha então, exclusivamente, na industria extractiva.

Eram as minas, a canna de assucar, as especiarias, o pau brasil, o negro e o indio. O assucar demandava, é verdade, um fabrico regular, mas esse era muito primitivo.

Para adquirir, pois, o maximo de riqueza cumpria *cultivar o solo e procurar as minas*.

Cada qual dêsses problemas produziu outros problemas secundarios, que em tempo indicaremos.

Começará o historiador estudando os dados de cada uma das questões, pondo em confronto as forças de que dispunha Portugal e os obstaculos a vencer. Descreverá as condições da solução e dirá, pêlo exame dos sucessos, se foi ella bem achada ou se houve largo desperdicio de força humana.

Passará em revista a chronica dos donatarios, investigando, melhor do que se tem feito, os recursos de que dispunham, o modo como se avieram, as perdas soffridas ou os exitos alcançados.

Encaixam-se aqui, logicamente, a chronica do trafico africano e os episodios das *entradas*.

Ambos esses phenomenos surgiram da urgencia de braços para a lavoura. Foi para resolver o problema do *cultivo do solo*, que se lançou mão dêsses expedientes negativos. [p.295]

Depois de destacar bem os acontecimentos e explicá-los pêla pressão das circumstancias, tomando em consideração a lei do *menor esforço* e as correntes sociaes, não se devia o historiador descuidar da comparação dos dous principios politicos em lucta: o da escravização dos indios e o da sua liberdade. Não os cotejará somente sob o ponto de vista moral, mas ainda sob o das suas consequencias economicas e sociaes.

O problema do *cultivo do solo* se estende por toda a nossa historia e não teve ainda, nem terá tão cedo, uma resolução definitiva.

Esta depende da solução de muitos problemas secundarios, entre os quaes o da *repartição das terras*. Neste particular importa relatar com criterio o systema de concessões de sesmarias, levando em muita conta averiguar o estado mental e a idoneidade dos concessionarios, os processos de agricultura, os prós e os contras da exploração territorial.

Já foi emprehendido esse trabalho pêlo Dr. Felisbello Freire.

O auctor confessa que “está longe de ser uma obra completa e perfeita” e com razão

assignala a nenhuma investigação dos eruditos nessa parte da nossa historiographia. Perdoar-me-á o leitor que traslade as seguintes linhas dêsse auctor: “Sem o estudo dos interesses, quer economicos, quer politicos, quer religiosos, que fizeram a conquista pêlo littoral e depois pêlo sertão, abrindo as linhas de povoamento, que foram formando centros de população aqui e acolá; sem o estudo da genesis das circumscripções politicas e administrativas em que se foi dividindo o país em consequencia desse povoamento, que, passando por sucessivas phases, chegou a definir-se sob a forma de uma vida politica e administrativa organizada; sem o estudo de todos os factos que se prendem a esse processo basico de formação, a historia do Brasil não passa de um simples tecido de factos, sem logica, sem harmonia, sem causalidade”¹⁰.

E assim é.

O problema da *procura das minas* tem uma importancia facil de perceber. Foi motivado por uma fôrça historica irreprimivel. Tornou-se a idéa absorvente nos colonos portugueses da America e da Africa. [p.296]

Chegou a ser um ideal.

O historiador tem de dar a significação exacta e sopesar os moveis das *bandeiras* sem lhe exaggerar o heroismo e sem lhes encobrir os vicios e as miserias. Dirá quaes os capitaes empregados: dinheiro, aparelhos e escravos, os processos de extracção do minerio, estabelecendo a estatistica approximada do rendimento real e do seu rendimento possivel nas varias épocas, até hoje. Este trabalho em grande parte constitue o titulo de benemerencia do Dr. Pandiá Calogeras, que me parece ter sido o primeiro a coordenar os dados esparsos em auctores e archivos. Encarou a questão pêlo prisma da technica da mineração, que requer conhecimentos especiaes. Apontou, além de tudo, as modificações legislativas a introduzir como tentativa de solução a esse magno problema economico.

É evidente que ao problema historico da pesquisa das minas prende-se o da exploração dellas depois de achadas. Não se devem, porém, confundir os factos referentes a esses pontos com os factos concomitantes, mas relativos á outra ordem de problemas.

O quinto desses primitivos problemas foi o da *constituição da sociedade* no meio brasileiro.

Para ella conchavaram-se três elementos dispaes: o branco europeu, o negro africano e

¹⁰ Felisbello Freire – *Historia territorial do Brasil*, v. I, pag. I, prefacio.

indio americano. O estudo social de cada um delles é um longuissimo capitulo ainda por fazer.

A relevancia delle é indiscutivel. O nosso typo social, ainda não modificado pêla corrente emigratoria é, no fundo, a resultante dessas componentes historicas.

Entretanto, nem todos concorrem com o mesmo quinhão e ninguem definiu ainda mais ou menos o quinhão de cada uma.

Não se systematizou até gora o quadro social do selvagem.

Citam-se, usos, costumes, industria, mas nenhum pensador, que eu saiba, enfeixou essas informações num todo caracteristico de um typo real.

Muito menos se ha cuidado do negro.

A literatura nesse ponto é absolutamente escassa. O que de mais amplo se ha feito são as paginas do professor Rocha Pombo na sua *Historia do Brasil*. Com razão se queixava um dia, a mim, esse douto historiographo do descaso que se tem votado a esse estudo indispensavel. [p.297]

Com excepção dos poucos escriptos do Dr. Nina Rodrigues, quasi nada se ha publicado entre nós.

O elemento português (quem o diria) tambem anda á espera de exame mais minucioso, sobretudo mais scientifico. A analyse e a caracterização da sociedade portuguesa do seculo XVI está longe de ser completa. Os historiadores lusitanos, salvo talvez Oliveira Martins¹¹, não passaram nunca da narração mais ou menos circunstanciada dos episódios, sem nenhuma comprehensão do que significam.

Basta abrir a *Historia do Brasil* do professor Rocha Pombo e comparar os capitulos consagrados ás tres raças para ver como o que diz respeito aos portugueses é inferior aos precedentes. Nota-se que o escriptor não acha documentos, não tem pontos cabaes de informação, pisa um terreno safaro, ainda não amanhado pelos eruditos.

Ora a synthese scientifica depende, absolutamente, da erudição.

É da acção esgaravatadora dessa, do seu trabalho miudo de reconstituição dos successos

¹¹ Veja-se, por exemplo: *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Cap. 3º.

que o philosopho apanha os seus materiaes, os classifica e coordena até abraçá-los num golpe de vista geral e exacto.

Todos os que se occupam da historia patria, entre nós, sentem essa pobreza¹². Cumpre, por isso, incrementar as investigações historicas, não relativas ás intrigas e bisbilhotices da côrte portuguesa, mas á vida portuguesa dos fins do século XV por deante.

Ha mister saber circumstanciadamente o que eram a agricultura, a industria, o commercio, as finanças, a legislação, a justiça, a educação do povo, as tendencias, artes, criminalidade, habitos domesticos, superstições, regimen de trabalho, bens, etc., etc. [p.298]

Em seguida, cumpre estudar a fundo o meio brasileiro, onde se fundiram os três elementos ethnicos, cada qual em condições differentes.

Como, porém, esse meio, pêla sua extensão, varia immensamente, é indispensavel encará-lo como um grupamento de cinco nucleos primitivos differentes entre si.

São elles: Pará, Rio de Janeiro, S. Paulo, Recife e Maranhão. Depois outros nucleos secundarios tomaram impulso e constituíram-se ambientes especiaes, diversos do nucleo gerador. Taes foram os nucleos das minas, saídos de S. Paulo.

Mais tarde, com a disseminação do povoamento, formaram-se zonas caracteristicas, com feição propria.

Ora, conforme as condições geographicas, no seu sentido mais amplo, esses nucleos ou essas zonas actuam decisivamente na constituição das sociedades ahi desenvolvidas. Podem mesmo fornecer typos sociaes dispaes, mau grado a commuidade de origem.

A discriminação dessas zonas, como se acham hoje, está succintamente firmada por Sylvio Roméro. Resta, porém, descrevê-las na integra e accentuar os traços particulares de cada

¹² Applicam-se com toda justeza ao estado actual da nossa historiographia as palavras com que A. Herculano descreve a da sua Patria: “Assim, diz elle, quem se occupar de historia portuguesa, ha de sepultar-se nos archivos publicos e descobrir entre milhares de pergaminhos, frequentemente difficeis de decifrar, aquelle que faz ao seu intento: ha-de indagar nos monumentos estrangeiros onde é que se encontram passagens que illustrem a historia do seu país: ha-de avivar as inscrições, conhecer os cartorios particulares das categorias, dos municipios e dos mosteiros: ha-de ser paleographo, antiquario, viajante, bibliographo, tudo. Como bastaria um individuo sem abundantes recursos pecuniarios, sem influencia, sem uma saude de ferro, a tão grande emprego? Fôra impossivel. É na verdade vergonhoso que Portugal não se tenha associado ao grande impulso historico dado pêla Alemanha por essa face de saber, grave e profundo, a toda a Europa, mas a culpa não é dos nossos homens de letras e, sobretudo, da juventude, entre a qual não falta engenho, nem boa vontade. A culpa é de quem pretende que o architecto dê a traça do edificio e carreie para elle a pedra e o cimento. (A. Herculano – *Historia de Portugal* – I, advertencia, XI.)

qual.

Demais, o importante, além de tudo, é contemplar as phases de evolução e destacar os phenomenos de adaptação. Esta se opera sempre pêla resolução de problemas secundarios interessantissimos. Revela, sobretudo, esquadrinhar como se processou essa conformação das tendencias hereditarias ás novas tendencias impostas pêlo meio e calcular se houve ganho ou perda de *fôrça humana*.

Na analyse dêsse processo é de rigor seguir o methodo da moderna escola de sciencia social de Le Play e Tourville, embora com as modificações complementares exigidas, ao meu ver, na *nomenclatura* dêste ultimo auctor.

São esses os cinco primeiros problemas fundamentaes que aos colonos deparou a obra de civilização da Terra de Santa Cruz. No decurso dos tempos, outros surgiram não menos importantes.

José Oiticica.

(*Continúa.*)

[p. 299]

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. III, Fasc. III - (Junho), Anno I, N. 9, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 419-425.

Como se deve escrever a historia do Brasil

III

A maior virtude de um país colonizador é acomodar as suas leis ás necessidades e ás tendencias da colonia. Assim procede modernamente a Inglaterra, dando autonomia ampla aos seus dominios. Segue a Alemanha o mesmo principio e ha annos reclamava o ministro Delbruck mais liberdade para os municipios da Africa alemã.

As imposições da metropole, se contrariam os desejos da sociedade nascente, geram desgosto e fomentam rebeldia.

Portugal nunca observou a tolerancia nem susteve a redea frouxa.

Queria sugar o possivel para gôso dos seus principes e maioraes.

O caso de Amador Bueno foi a primeira explosão de revolta da victima contra o algoz. A insurreição de Agostinho Barbalho, o levante de Beckman, a conjuração mineira, a Independencia foram frutos dessa indignação incontida contra a exploração do govêrno. [p.419]

O procedimento da metropole insufflava nos espiritos a ansia da separação politica indicada pêla separação material das terras. A cada exorbitancia, a cada humilhação accendiam-se nos corações dos brasileiros-natos as chispas de um patriotismo que nos povos sujeitos são prenuncios de libertação. Contra as oppressões do govêrno de Jorge III engatilharam-se as armas dos americanos, embora inferiormente preparados.

Mal enveredou a Côrte Portuguesa no vicio da extorsão e das injustiças, alastrou no Brasil a ambição de liberdade. Nasceu dahi o problema da *independencia da colonia*.

A missão do historiador aqui é accentuar as divergencias de ideal da colonia e da metropole. O estudo aprofundado da sociedade portuguesa e da sua politica internacional revelará o seu ideal de nação colonizadora.

A analyse dos problemas anteriores dar-nos-á um criterio certo para aquilatarmos as necessidades do povo brasileiro em formação.

Cabe á percepção do historiador avaliar, a cada contra-choque, a intensidade da aversão produzida contra a tutela desbragada.

Não se esquecerá de averiguar até que ponto as derramas contribuíram para a perda de *fôrça humana* na sociedade brasileira. Deve-lhe sempre andar bem nitida na memoria a noção de que toda a historia se reduz á solução de problemas no sentido do maior aproveitamento da fôrça humana.

Quaes os elementos favoraveis, as fôrças concurrentes á emancipação colonial?

Não os procurará o historiador apenas no Brasil. Muitos se acharão em Portugal mesmo, na sua fraqueza, nas suas dificuldades consequentes á invasão napoleonica e ás luctas civis. A impossibilidade do supprimento rapido de fôrças militares cabaes de afogarem qualquer levantamento pesou muito na concha nativista, a quem a fortuna proporcionou o auxilio de Lord Cochrane.

Esse problema da Independencia podia ser considerado logicamente um accidente ou condição de um problema muito mais geral: o da *formação nacional*. Mas a historia não a faremos como a nossa logica individual gostaria que ella fôsse, senão como a realidade quer que tenha sido. [p.420]

Antes de entrar na consciencia popular esse conceito de *nacionalidade*, o que actuava nas commoções dos libertarios era a immediata pressão do jugo português. A verdade dêsse asserto se demonstra com as posteriores hesitações na procura de uma orientação politica assim como nas vacillações de varias provincias entre a unidade e o desmembramento.

O problema da independencia resolveu-se sem preparo racional, sem o afazimento do povo a um regimen predeterminado ou de antemão requerido pelos habitos sociaes. O plano dos inconfidentes de modelar pêlo typo americano a constituição futura prova essa ausencia de necessidade organica na realização do movimento.

Na America do Norte nucleos independentes, de cultua politica adeantada, com longa tradição de resistencias e conquistas, conscientes do que representavam e do que iam fazer,

adoptaram a unica formula compativel com a natureza delles. Eram já republicanos antes de se federarem, tinham no sangue o sumo dessa autonomia depois confirmada na Constituição.

A situação politica do reino e a nossa educação, eivadas ambas do contacto da Côrte de D. João VI, eram radicalmente avêssas a essa federação almejada.

Nos Estados Unidos era regimen consequente: entre nós era planta exotica.

Dess'arte o problema da *formação nacional* surgiu depois da Independencia.

Antes nenhuma corrente se nota no sentido de fundamentar os elementos visceraes da nação, a não ser talvez a lucta contra o monopolio.

Mas, se bem comprehendermos os factos e se nos lembrarmos de que o decreto de abertura dos portos é convinzinho de 1822, concluiremos pêla minguada influencia d'elle sobre a independencia. Influencia teve o recrudescimento da hostilidade contra os portugueses com as tentativas de redução do Reino á Colonia. Ainda ahi o que actou foi a aspiração libertaria sem a minima consideração pêlo modo de estabelecimento da nacionalidade.

Feita a Independencia, o problema da *formação nacional* irrompeu inopinadamente. [p.421]

A lenta elaboração de três seculos fundira até certo ponto os elementos basicos da futura nação, instituiria um povo, creara uma tenda de trabalhos e uma corrente de interesses d'ora avante inextinguivel.

Faltava, porém, dar unidade politica aos nucleos dispersos, avivar-lhes a consciencia da fraternidade e alliança no destino commum, numa palavra insufflar o espirito da nacionalidade.

Os proceres da independencia, accedendo ás instancias do povo do Rio, cobiçoso de entronizar ao filho de D. João VI, conformaram-se á unica solução razoavel. O Imperio Constitucional, como o assentou D. Pedro I, foi uma inspiração providencial. Era elle a natural transição da colonia á Republica Federativa. Só no Imperio seria impossivel iniciar educação politica de factores tão disparatados, conseguindo essa centralização administrativa sem a qual o Brasil se teria fatalmente desmembrado.

Importa ao historiador insistir nesse facto. Foi o papel essencial do Imperio.

A adopção da Republica em 1823 daria peiores resultados do que nas demais republiquetas americanas emancipadas nesse tempo.

Sobretudo revela descrever o Brasil de então com as cores da época. Somos naturalmente levados a raciocinar pêlo que vemos como se os dados do presente iguallassem os do passado. A differença, entretanto, é capital.

No delineamento dos successos concorrentes á unidade nacional alguns ha merecedores de registro circumstanciado. Taes são, por exemplo, a publicação dos nossos codigos, a navegação maritima e fluvial brasileira, as estradas de ferro, o telegrapho e em parte as guerras externas, pois robusteceram no povo a consciencia da nacionalidade. A formação e evolução da imprensa, vehiculo principal das boas e más idéas, fluxo e refluxo de todas as opiniões, será tratada com carinho.

Na avaliação das fôrças historicas em jogo esta é a época mais difficil, a que do narrador exige mais sagacidade, mais profundo saber e arte de exposição mais apurada. Esta ultima porque não é de desprezar uma perfeição de estylo capaz de infundir alma ás reconstituições e tornar indismontaveis as induçções philosophicas. Sem forma e sem calor, é inutil abalançar-se o maior sabio a erguer o monumento da nossa historia. [p.422]

No capitulo da *organização nacional* não serão descurados os outros problemas, nem deverá passar despercebida a parte referente á *organização administrativa* até hoje mal estudada. De facto, proclamada a independencia passaram as rendas a ser nossas, a ser por nós arrecadadas e distribuidas e esse phenomeno trouxe consigo novos problemas secundarios nem sempre resolvidos com felicidade. As finanças, a diplomacia, a justiça, etc., foram outros tantos serviços decorrentes da emancipação.

Penso que a nossa *organização nacional* não está definitivamente assentada, comquanto a forma de govêrno pareça fixada com o advento da Republica. Entretanto, ainda nesse particular, vicios radicaes requerem séria medicina. Estou que não será, porém, violenta.

Com o impulso progressista ultimamente tomado e com a resolução pacifica das restantes pendencias internacionaes, vae-se a nação alentando e corrigindo dos males mais profundos.

Temos caído em erros graves, desperdiçado fôrças, malbaratado reservas sem calculo nenhum de economia. Tudo notará o historiador e discutirá sob o ponto de vista geral indicado, assignalando com a exacção possivel as consequencias de cada falta.

Acho de importancia attender, no computo das *fôrças concorrentes*, á solução do problema

da nossa *formação* ao *capital intellectual* representado pelos nossos grandes estadistas, homens de letras e soldados.

Além delles, influiu também a indole liberal dos dous Imperadores. Crearam a nossa democracia, suavizando assim a transição rapida do regimen colonial á adaptação republicana.

Depois de organizada indestructivelmente a nação, surge nos nossos dias novo problema geral: a *hegemonia sul-americana*, com a qual o Brasil affrontará o problema futuro do *equilibrio universal*, fim de toda a historia.

O problema da *hegemonia* consubstancia todos os outros, domina-lhes as tendencias, indica-lhes a solução, systematiza os esforços. Posso affirmar, com segurança, que elle domina actualmente todas as nossas correntes historicas.

É uma condensação de todo o passado e um programma de todo o futuro proximo.
[p.423]

Delle falaremos minuciosamente no fim dêste desalinhavado esbôço ao analysarmos os problemas secundarios.

Diremos agora apenas o bastante para justificar a sua consideração entre os problemas geraes.

Hegemonia entendo eu no sentido etymologico do vocabulo, como se contém no radical grego ἄγειν (conduzir, donde ἡγεμῶν, aquelle que guia). Será uma supremacia, se quiserem, mas sem a accepção odiosa deturpadora do termo.

De todas as eras, de todos os povos, de todas as condições sociaes é essa lucha pêla hegemonia. É o estimulo nobre das raças. Prescindir delle é condemnar-se um povo ao obscurantismo e á inercia. A concurrencia das nações impõe forçosamente a uma dellas o pôsto supremo e, se são equivalentes, o equilibrio de todas.

Será esse equilibrio o resultado fatal da historia, mas em remotissimo futuro.

A actual situação é de desequilibrio e, portanto, de preponderancia e submissões.

Essa hegemonia não será, entretanto, a dominação da fôrça bruta sôbre as nações vizinhas mais fracas. Será, ao revés, um meio de guiá-las do cháos em que definham ao progresso compativel com a civilização moderna.

Do interesse immediato do Brasil é o desenvolvimento urgente d'esses países, pois serão mercados certos para os seus productos superabundantes.

Mas esse desenvolvimento é funcção da paz absoluta.

A vantagem e o escopo dessa hegemonia serão garantir a paz sul-americana como a hegemonia dos Estados Unidos garante a liberdade de toda a America.

Esse papel está reservado indubitavelmente ao Brasil. É elle o mais vasto, o mais rico e o mais poderoso no nosso continente. A elle cumpre tomar a deanteira, assumindo o honroso encargo de guia das nações co-irmãs.

Embora espiritos illogicos se assanhem contra o facto e o repute perigoso para as liberdades sul-americanas, ella será uma resultante historica de fôrças seculares irrefragaveis.

Como attingir sem demora essa hegemonia? [p.424]

Para resolver á pergunta, que tanto é interrogar o nosso destino, procuremos determinar claramente a situação historica do Brasil contemporaneo. Como nella, porém, se enfeixam todos os demais problemas, indiquemos summariamente os problemas secundarios contidos em cada um delles.

José Oiticica.

(Continúa.)

[p.425]

OTTICICA, José. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: *Revista Americana*, T. IV, Fasc. I-II - (Julho-Agosto), Anno I, N. 10-11, Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, 1910, pp. 182-202.

Como se deve escreve a historia do Brasil

IV

a) Dos factos concernentes ao problema da defesa contra os estrangeiros prendem-se uns á *organização* della e outros á *repulsa* directa dos intrusos.

Assim, fragmentou-se o problema geral em dois problemas secundarios.

Exigiu o primeiro o estabelecimento de duas instituições: as *fortificações* e as *milicias* de terra e mar. O segundo assumiu tambem duas feições distinctas: o *acossamento dos piratas* e as *expedições regulares*.

Como resolveu a metropole o problema?

O mistér do historiador será, depois de classificar os factos, averiguar se andaram bem os promotores ou os executores das medidas; se, dadas as condições de tempo e meio, poderiam fazer mais e melhor. [p.182]

Eu desejaria de cada problema dar um exemplo do modo de tratar o assumpto fino; mas a natureza dêste escripto m’o inhiibe e se, de futuro, abalançar-se alguem a recontar por essa traça os nossos fastos, mais da sua habilidade colherá que do meu conselho.

b) O problema da *conquista da terra* subdividiu-se em varios outros.

É que se operou por três modos diversissimos: 1º, directamente por *expedições conquistadoras*; 2º, indirectamente por *entradas* e *bandeiras*; 3º, directa e indirectamente pêlas *missões*.

Veremos como estas exerceram multipla influencia na solução de varios problemas. O historiador deve precaver-se contra o pendor do exclusivismo capaz de o induzir no êrro de encarar cada factor como determinante de um só effeito. Se num effeito podem casar-se muitas causas, uma só causa expande-se também, frequentemente, em innumerous effeitos.

Examinará o historiador cada uma dellas de modo differente, atendendo sempre ao effeito particular que tem em mira.

Relativamente ás missões, por exemplo, ao descrever a collaboração dellas na conquista da terra não analysará a sua influencia em outros problemas capitaes. Não entrará, *verbi gratia*, na apreciação do papel representado pelos jesuitas na constituição da sociedade brasileira, nem na lucha contra os senhores de engenho a proposito da escravização do indio.

Por isso a classificação dos factos será feita em quadros separados consoantes os problemas a que se referem.

O estabelecimento da missão de Ibiapaba e a redução dos Nheengaibas pêlo padre Vieira são successos relativos ao problema da *conquista da terra*: a organização dos aldeamentos, a obtenção de leis reguladoras da escravização do gentio, etc., comquanto obra dos missionarios, encaixam-se na chave da *constituição da sociedade*.

c) O problema do *cultivo do solo* agitou três problemas secundarios relevantissimos: 1º, a *distribuição da terra*; 2º, *os capitaes de exploração*; 3º, *meios de transporte*¹³. [p.183]

Sabemos como a terra foi repartida a principio pelos doze donatarios que a subdividiram em lotes pelos sesmeiros. Essa distribuição só se poderia operar em tórno dos nucleos importantes. Além disso foi determinada pêlas condições do meio. Ora, os nucleos principaes geravam, como vimos, nucleos secundarios, ulteriormente desenvolvidos.

Assim, cumpre considerar a distribuição; 1º, em tórno dos nucleos principaes; 2º, em tórno do nucleos secundarios. É o unico methodo racional. Organizados os Estados autonomos, essa repartição territorial tomou feição nova, dependendo immediatamente do govêrno local com pequenas excepções. Todas as leis particulares merecem uma revista do historiador, baixando elle, demais, á verificação de como foram executadas.

Ao termo *capitaes* dá-se aqui toda a sua extensão economica.

Incluem-se nelle: *os recursos pecuniarios*, *os materiaes de trabalho* (utensilios, animaes, sementes, braços, etc.), o *coefficiente intellectual* (instrucções dos colonos e dos donatarios, actividade de cada

¹³ Talvez se enxergasse um quarto: o *mercado de consumo*. Entretanto, a produção do Brasil destinava-se ao consumo interno, indo o resto para Portugal. Dessa arte não houve nenhum problema especial a resolver no tocante ao augmento da procura.

qual, processos de trabalho, etc.). Como são os *capitães* a alma das empresas é da máxima importancia esse capitulo.

Donde provieram as primeiras sommas monetarias no inicio da colonização? De Portugal; mas a resposta laconica nada explica. Ao revés muito aprenderemos, se indagarmos como foram ellas obtidas, o emprego que tinham, em que se applicaram.

Em muitos casos ha de ser impossivel attingir, á exacção desejavel, mas alguns resultados positivos elucidarão o conjuncto da questão.

Sabemos, na realidade, do fracasso de muitos donatarios, cujos proventos se sumiram com o infortunio das colonias. O quadro dessas tragedias iniciaes não o vi traçado ainda, cabalmente.

Outrosim, um catalogo dos utensilios de trabalho, a determinação do uso e quantidade de animaes aproveitaveis na lavoura, são topicos desprezados mas de summo interesse. Dão-nos um meio de ajuizar mais ou menos da efficacia do *trabalho*, da energia humana, na extracção das riquezas agricolas.

De todos esses problemas, porém, a procura dos braços foi, incontestavelmente, o mais serio. Resolveu-se com a infracção, com o trafico africano, com a escravatura vermelha. Extinctas as duas ultimas pro-[p.184]segue hoje com a primeira, mas importa não esquecer a multiplicação natural das proles, symptoma relevante no estudo de qualquer sociedade. É claro que, ainda hoje a só multiplicação da espécie não basta para supprir as necessidades do povoamento; porém, real vantagem em-apurar as condições biologicas da raça no seu desdobramento vital, pois a incrementação da fecundidade é uma das obrigações dos governos.

A sujeição dos indios se fêz, de um lado pêlas *entradas e bandeiras* e de outro pela *catechese*. O assumpto demanda o maximo cuidado. Os successos da incorporação dos incolas brasileiros á sociedade colonial prendem-se a pontos diversos sendo que muitos têm significação multipla.

O discrimine é sem duvida difficil. Reclama por isso analyse paciente e uma dissecação completa. Esse é o trabalho de monographias preliminares de que tanto carecemos. O historiador philosopho maneja os elementos definitivamente assentados pêla erudição paleographica e, onde minguem elles, releva indicar a falha para supprirem os eruditos.

A vida íntima dos índios aldeados não nos é amplamente conhecida, mormente nas suas relações com os colonos, e é mistério que se conheça, se quisermos apprehender uma face notável de constituição da nossa sociedade.

A observação se estende á vida dos negros africanos, aliás melhor sabida.

Chegamos assim á discussão da influencia do factor *raça* nos destinos do nosso povo. Essa expressão, no meu entender, tem transviado a mais de um espirito lucido e convém ao historiador acautelar-se contra a influencia nefasta dessa abstracção. Em historia a *raça* não tem nenhum valor. Urge rejeitar qualquer explicação social baseada nella, como o fizeram Taine e Tarde. A *raça* brasileira, com ser mestiça, não tem virtudes nem capacidade differente das demais raças humanas. Em historia não devemos encarar senão os *povos*, isto é, homens com um passado definitivo, uma tradição dominadora, uma tendencia mais ou menos certa, um typo perfeitamente determinado. Se dois ou mais povos se fundem são as idéas em conflicto, os problemas em andamento, os entrechoques de usos e costumes o que importa frisar. As qualidades de *raça* não [p.185] dizem nada porque a mesma *raça* varia de character se muda de meio topographico.

Ao revés disso é indispensavel considerar o braço indigena como um *capital* valioso na extracção da riqueza.

Teriam elles sido apropriados, no ponto de vista economico, com o maior proveito? Evidentemente não. A critica dos erros cometidos affecta a toda a organização social da colonia, pois esse aproveitamento maximo do capital é a condição fundamental do progresso historico. O mau emprego de capital é mau uso da fôrça humana. Se em mecanica se avalia a superioridade de uma machina pêlo maior rendimento na unidade de trabalho, em historia calcularemos a excellencia de uma sociedade pêlo maior rendimento proporcional de *energia humana*.

Ora, o elemento indigena foi mal aproveitado. Folgo de ver que meu eruditissimo amigo Rocha Pombo tocou na chave essencial pêla qual temos de penetrar na psychologia do indigena depois da chegada do portuguez. “O que é preciso não esquecer, diz o eminente professor, tratando-se das aptidões do índio para os rudes trabalhos da lavoura, é a justiça de descontar-lhe a condição excepcional, estranha e cruel a que o reduziram os colonos dès do primeiro dia da conquista. Realmente, passar, de um instante para outro, daquella soberania da floresta em que aqui o encontramos, para a dureza da escravidão, aggravada ainda nas lavras e nos eitos devia ser

mesmo um martyrio para o selvagem. Naturalmente, o seu primeiro esforço havia de ser para eximir-se a uma tutela tão insuportável. É mesmo pêla firmeza e pêla indignação com que protestou contra os golpes imprevistos de seu destino que temos de julgar o selvagem no que elle tinha de mais nobre no fundo de sua natureza moral, de mais aproveitavel nas suas *virtudes ethnicas*¹⁴.

Os colonizadores não entenderam assim e o capital desperdiçado é incalculavel. Foi esse o maior êrro dos portugueses.

O estado de civilização delles, é verdade, não lhes permittia uma concepção economica genial, mas a alliciação dos indios pelos franceses, mostra como, nesse tempo mesmo, seria possivel ao directores da colonia darem o rumo certo á questão. O decreto de 1775 [p.186] favoravel aos selvicolas demonstra ainda como a sã idéa adejava entre os usurpadores da terra.

Também o processo de catechese anda a exigir uma averiguação mais miuda. Sendo em geral os escriptores dêsse drama os proprios representantes é muito de suppor que relatassem o bem, dissimulando o mal. Seja como for, convém accentuar e aferir o quanto armazenaram os poderes de energia humana nos aldeamentos. Um ponto de reparo util penso eu que se acha na comparação do estado das aldeias sob o dominio jesuítico com o seu estado após a expulsão delles.

Tratado o problema do povoamento passará o historiador a estudar as condições em que se foi accumulando e operando o *capital intellectual*.

Os processos de trabalho influem consideravelmente no valor da producção e esses processos dependem da *divisão do trabalho*, da *instrução do operario*, do *talento do emprebendedor de industria* e do *grau de adeantamento* das sciencias e artes. Tem o philosopho de traçar o quadro dessa economia publica nos nucleos coloniaes do Brasil, em diversas phases do seu desenvolvimento, attendendo ao factor *intelligencia*, um dos fundamentos da evolução historica.

Mas, terceiro problema secundario surgiu na resolução do problema geral do cultivo do solo: o do *transporte*.

É uma consequencia fatal da fôrça opponente: *distancia*. Distam os mercados do campo e da fabrica. Para se valorizarem precisam ser os productos transportados. Sendo a *viação* terrestre

¹⁴ Rocha Pombo. – *Historia do Brasil*, II, 371-372.

ou marítimo-fluvial faremos uma subdivisão, pondo de um lado as estradas de rodagem e as ferro-vias e de outro a navegação fluvial, a marítima de cabotagem e marítima internacional.

Começará o historiador com as investidas para o sertão descrevendo os caminhos dos índios tão úteis mais tarde no traçado das estradas de ferro. Mostrará como evoluiu esse ramo da actividade, expondo as causas imediatas da abertura de novas vias sem deslembrar-se de que a geographia é factor essencial das acções humanas, conquanto soffra o contragolpe dellas.

Quanto á navegação tão pouco temos feito que o trabalho está, de sua natureza, indicado, na espantosa negligencia com que malbaratamos a mais estupenda rêde fluvial do mundo. Se agora despertamos na conservação dos nossos portos não cogitamos absolutamente [p.187] da formação e incremento dos ecumenos terrestres e marítimos dependentes ás vezes de simples ajustes secundarios. Não ha um plano de conjuncto, formulado scientificamente, com os dados fornecidos pêla geographia moderna.

O problema do transporte é da mais alta importancia e é mistér apontar os erros ou os acertos dos administradores nos regulamentos sôbre fretes, passagens e direcção economica das estradas de ferro¹⁵.

Propositadamente não me referi á industria e ao commercio. No Brazil-Colônia a industria se reduzia á simples extracção do minerio e ao cultivo elementar do solo. Industria propriamente nunca houve além dos *misteres* ou officios que se incluem mais justificadamente na *constituição da sociedade*. Commercio, também não ultrapassou a compra e venda interna em cada nucleo. Não se elevaram quer um quer outro á condição de problemas historicos. A metropole peccou mesmo por contrariar sempre as tendencias naturaes da sociedade nascente em se dilatar nessas duas esferas economicas.

d) No problema da *procura das minas* a incognita dependeu visivelmente da solução de dificuldades secundarias diversas na sua natureza.

Nos demais casos o fim premeditado era certo. Onde quer que se enterrassem os olhos da canna, ella brotaria. Mas o subsolo desconhecido poderia ser ou não farto das riquezas entresonhadas. Assim a *aventura* era o primeiro factor do problema e em taes condições a escolha

¹⁵ As mais excellentes idéas sobre o papel das estradas de ferro, expostas entre nós, acham-se nos notabilissimos escriptos e discursos do Dr. Leite e Oiticica. Ver os *Annaes* da Camara e Senado de 1890 a 1897 e artigos esparcos no *Jornal do Commercio* e outras folhas.

dos termos e o estabelecimento da equação tornaram-se inteiramente impossíveis ou, quando nada, permaneceram sempre vagos.

As forças oponentes eram de grande monta: *a distancia, os indigenas, a revitualbação, a falta de capitães de exploração, o desconhecimento da terra, etc.*

Como forças concorrentes só se deparam *escassos meios pecuniarios, o caminbos dos indios, o concurso de algumas tribus, a idéa do plantio previo* em estações, sobretudo *a cobiça.*

Descobertas, porém, as minas impunha-se a exploração dellas. [p.188]

Dess'arte esse problema subdividi-se em dois outros: 1º, *a pesquisa dos veieiros*; 2º, *a exploração delles.*

Esta ultima gerava as mesmas questões indicadas no *cultivo do solo*, acrescentando a *policia* das minas, um tanto difficil de manter, a *repressão do contrabando*, o *sustento dos operarios* (escravos) dando origem aos *campos de criação* na Bahia e em Minas.

O modo de tratar o assumpto já foi externado.

O essencial aqui é analysar minuciosamente os rendimentos, os processos de mineração e a legislação. Esta, em grande parte, tem sido um factor deprimente, concorrendo para a perda de força humana. No tocante á mineração não resta duvida de que temos perdido muito e as causas dêsse desperdicio são faceis de salientar.

A pesquisa dos veieiros influuiu largamente, como é notorio na conquista da terra, sendo um frisante exemplo de como se *repercutem* os phenomenos sociaes, occasionando uns nos outros mudanças de tendencias ou, ás vezes, renovações completas.

A historia das *bandeiras* tem sido mal contada, embora haja contribuições valiosas para ella. É que os narradores se limitam á exposição dos episodios mais ou menos heroicos sem accentuar concomitantemente o meio geographico percorrido, os motivos de cada expedição, os recursos disponiveis, os obstaculos, as causas do exito ou desastre, o balanço final do ganho ou perda de energia social. A todos tem faltado, além disso, a arte de tornar esses lances trechos vibrantes da *vida da terra.*

e) De todos os problemas secundarios o mais complexo de expor nas suas phases historicas é o da *constituição da sociedade.*

Não discorreremos com methodo sôbre ele sem subdividi-lo convenientemente, o que tanto vale dizer, sem fixarmos a classificação dos factos sociaes. Mas não é só isso. O estudo depende immensamente da concepção da propria sociologia. Sendo a historia apenas a *dynamica* social, as suas bases se prendem intimamente ás bases mesmas da *estatica* social. Ora, essa ainda não foi constituída. Basta lermos, com attenção, as obras dos seus proceres, para nos convenceremos da balburdia de opiniões e da falta de um criterio *systematico*. Mesmo a escola de Le Play que teve a seu favor o genio construtor de Tourville não possui senão um methodo imperfeito, condensado na *nomenclatura* desse auctor. Os discipulos d'elle seguiram-lhe as indicações sem submittê-las a uma critica severa para corporificá-las num todo logico definitivo.

O defeito capital dêsse methodo é ser demasiadamente deductivo, partindo sempre do *facies geographicos* para d'elle derivar o character da sociedade. Não discrimina bem os dois aspectos essenciaes sob os quaes somos obrigados a considerar todas as coisas, objectos, organismos, instituições: o *estatico* e o *dynamico*. Por isso, conquanto se refira á *historia da raça, ao futuro da raça*, etc. não nos fornece os meios de estudar com ordem as *variações* historicas, nem o *papel actual* da raça no mundo.

Não nos dá, além disso, o pensamento fundamental explicativo da sociedade, isto é, que defina ao mesmo tempo a sua *origem*, o processo de suas *transformações* e a *finalidade* dos actos humanos.

Eis porque, lendo os trabalhos dessa escola, sentimos que os auctores tocam nesses pontos, mas sem tacto, sem apoio, mormente nas indicações das reformas.

Entretanto, como accentuei no primeiro paragrapho, não é licito ao historiador desprezar esse methodo, desde que não haja outro. Elle é sem duvida, o que de melhor ha em sciencia social.

Como, porém, emprehendi completá-lo, dando-lhe cunho philosophico, aqui exaro, resumidamente, o meu methodo.

Baseia-se elle em dois principios axiomaticos:

1º. Não podemos nunca conhecer o *ser*, mas apenas o *modo de ser* das coisas.

2º. Os seres se apresentam sob dous aspectos: o *estatico* e o *dynamico*.

No primeiro ponto de vista, os seres se revelam sob três sub-aspectos: a *posição*, a *forma*, a *função*. O estudo delles nos mostra a *constituição íntima* do ser e as *relações* com os outros seres.

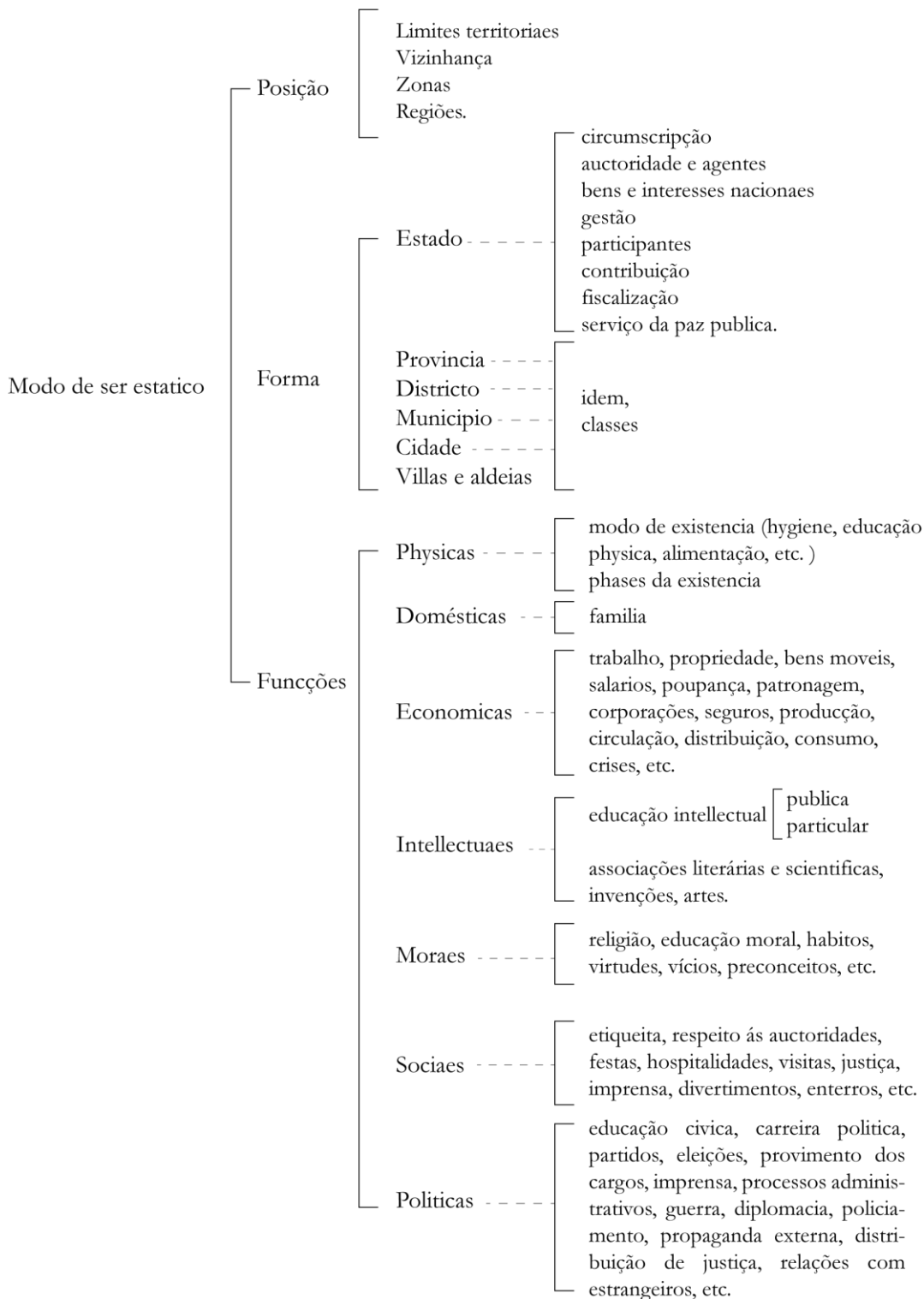
No segundo ponto de vista, ainda se revelam os seres sob três sub-aspectos: a *origem*, a *transformação*, a *finalidade*.

Esse methodo nos leva fatalmente ao *conhecimento*, desde que a elle applicarmos nosso espirito armado da *observação*, da *memoria* e da *comparação*.

Empregando esse *methodo geral* de anlyse ao estudo da sociedade elle nos dará forçosamente o conhecimento completo do seu *modo de ser*. [p.190]

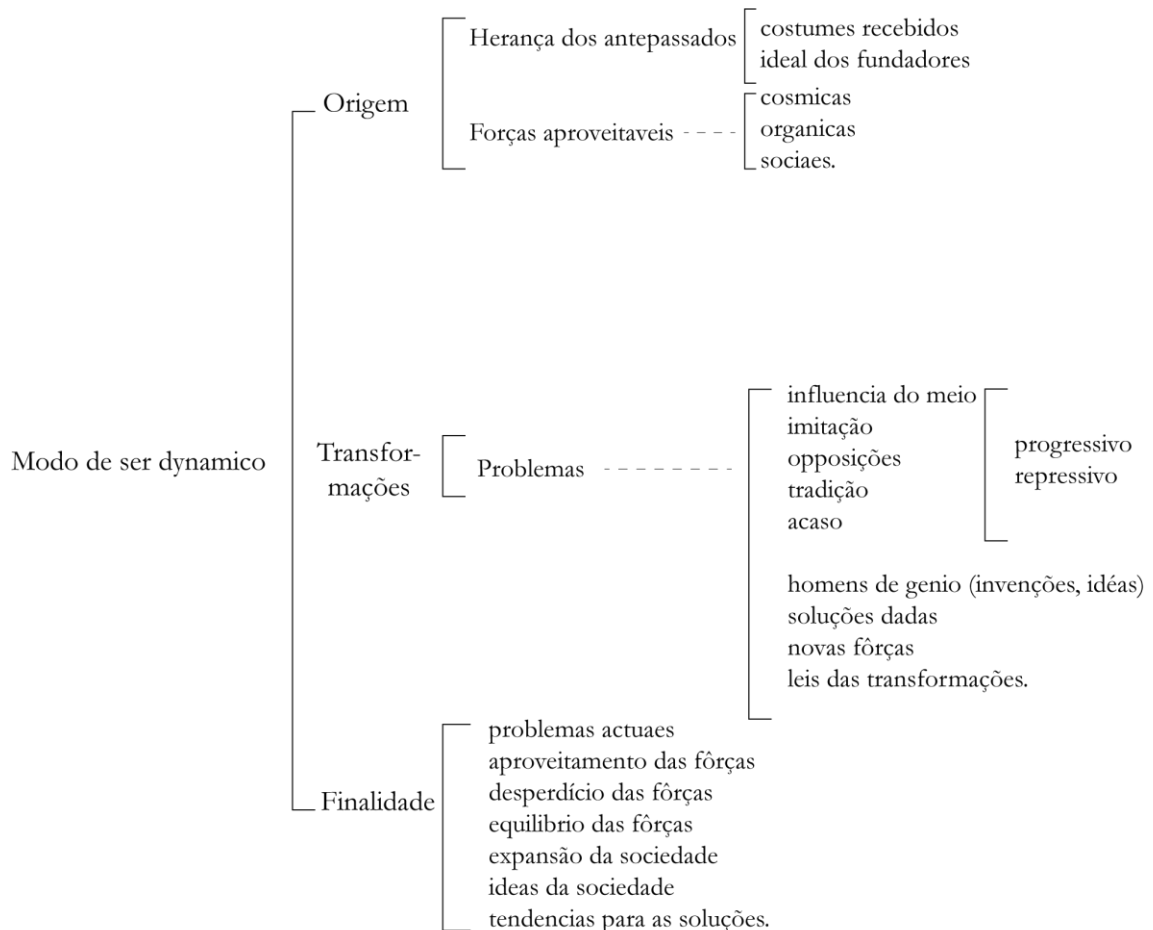
Eis o quadro synoptico:

Tabela 1: Quadro sinóptico, modo de ser estático.



[p.191]

Tabela 2: Quadro sinóptico, modo de ser dinâmico



Ahi está o methodo. Releia o leitor o segundo capitolo dêste escripto onde resumi as idéas fundamentaes do systema e terá uma noção sufficiente dos principios em tórno dos quaes giram os factos da sociedade. São elles:

- a) *Movel geral:* as necessidades humanas.
- b) *Fim:* obtenção dos elementos de satisfação.
- c) *Meios:* fôrças concorrentes.
- d) *Problemas:* vencer as fôrças opponentes.

Assim, levado pelas necessidades (*moveis*), o homem se serve das forças concorrentes (*meios*) para vencer as forças opostas (*problema*) no intuito de obter os elementos de satisfação (*fim*).

Como chegaremos então ao conhecimento de toda a mecânica social? Classificando as necessidades e as forças. Esse trabalho está por mim feito mas não posso apresentá-lo aqui¹⁶. [p.192]

Seja ou não o historiador, este systema tem de adaptar um plano de análise da sociedade brasileira em todas as suas fases.

e) O problema da independência da colônia não comporta nenhuma subdivisão. Foi uma corrente de opinião aprovada num sentido, em contraposição a outra corrente retrocessiva. O trabalho consiste em destriçar os sucessos característicos das duas tendências e avaliar as forças favoráveis e contrárias. Essas forças disseminadas enfeixaram-se várias vezes em planos, mais ou menos bem riscados e alguns desfeitos pela metrópole avisada. Sendo o assumpto de natureza a esfervilhar-nos o patriotismo, cumpre ao historiador ter mão em si mesmo que se não deixe arroubar ao ponto de desvirtuar episódios ou caracteres. Há exemplo disso.

f) O grande problema da organização nacional requer múltiplas subdivisões. Como já accentuei, todos os demais problemas se absorvem nesse, pois resume a nossa mesma vida de país independente.

Antes de 1822, nossa existência se caracteriza pela aventura. Não houve uma administração de conjunto, com um plano determinado e comprehensivo. Tomavam-se providências, aqui e ali, á medida das reclamações e ao compasso dos interesses da corte, espevitados da carencia de ouro. Nunca houve, por exemplo, preocupação de activar a cultura physica dos brasileiros ou a sua ascendência intellectual. O trabalho não ultrapassou o regimen da escravidão soez, cevada no trafico ou nas descidas de indios. Não valem de contradicta á asserção as poucas tentativas sinceras de melhoramentos, porque, ou foram inefficazes, ou não se realizaram, ou não perduraram nos effeitos beneficos.

Proclamada a independência, deixava o Brasil de ser aglomeração de feitorias a sugar. Urgia viver, apparelhar os órgãos todos numa só harmonia de equilibrio. Assim, todos os

¹⁶ Será objecto dos primeiros capitulos do meu *Systema da sociologia*. Lacombe tentou uma classificação das necessidades, mas evidentemente incompleta.

tentamens prosperados ou falhados entravam como coefficients de um tentamen novo, mas agigantado: criar a nação.

As tarefas dispersas concentravam-se, uniam-se ás tarefas supervenientes, constituindo a missão suprema de guiar-se o país por si mesmo.

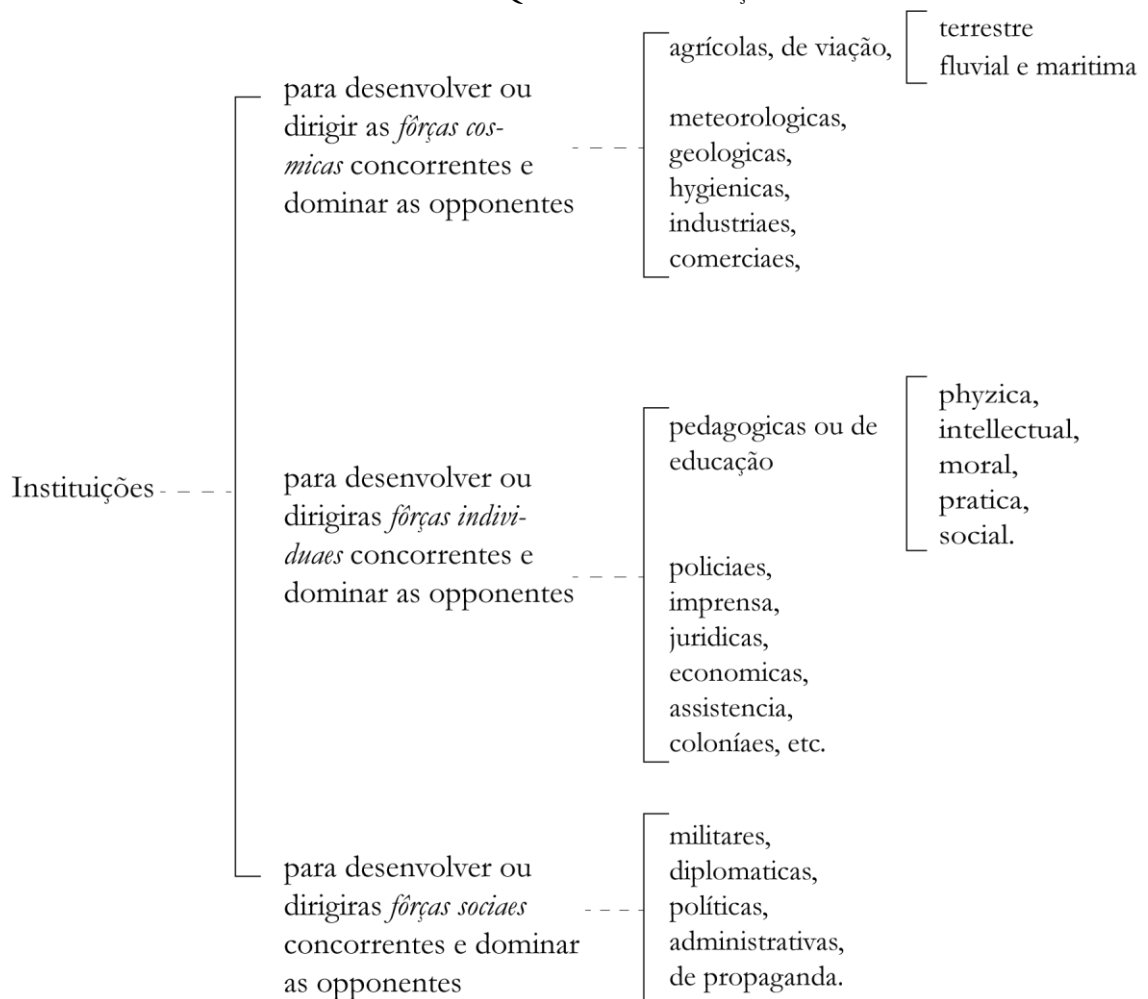
É exacto que tudo se fêz sem muito plano e sem plano se vai muita coisa fazendo hoje por falso entendimento do nosso destino actual. [p.193]

Organizar a nação é arregimentar as fôrças concorrentes em instituições que as entrihem num fim util. Esse fim se obtem dominando as fôrças oponentes de modo que a classificação das instituições se ha de fazer baseando nesse caracteristico fundamental.

As instituições também são *necessidade*, *necessidade social colectiva* e ahí as inclui na minha classificação geral das necessidades humanas.

Dou em seguida apenas o quadro dessas instituições:

Tabela 3: Quadro das instituições



Ora, sendo um problema a aplicação de fôrças concorrentes á consecução dos elementos de satisfação das necessidades, quantos forem os problemas, todos determinarão o apparecimento de uma ou mais instituições especiaes.

A organização do país exigiu antes de tudo a criação das instituições politicas e administrativas. Logo após vieram as criações juridicas, completando-se com as economicas (thesouro, caixas economicas, bancos, tribunal de contas, etc.) o numero das immediatamente necessarias. [p.194]

Cada problema, agricultura, viação, etc., subdivide-se em outros que se dispersam ainda em outros mais simples.

Do quadro acima, mero summario, poderá o historiador estimar a complexidade da materia e a sua importancia. Nesse ponto, mais do que em qualquer outro, a classificação dos factos se impõe. Pêla classificação será levado a traçar capitulos até hoje absolutamente descurados pelos nossos historiographos cuja attenção se volta, absorventemente para os successos politicos. Ha uma attracção irresistivel para minuciar as quedas de gabinetes ou as batalhas do Paraguay e pouca em esmerilhar por exemplo o movimento de colonização ou a evolução dos meios de transporte.

Mas, antes de tudo, uma introducção geral é indispensavel. A vida social no Brasil, pelos princípios do seculo XIX tem de ser amplamente descripta e interpretada para sabermos sôbre que bases ou de que material dispunhamos ao emprehendermos a organização nacional.

Assim poderemos avaliar melhor o esforço constructor do primeiro imperio e da regencia, os desperdicios intercorrentes aos periodos de ganho, o progresso das idéas ou a contra-tendencia da rotina em todas as modalidades da actividade individuaes.

Mostrará o historiador como tudo entre nós se ha feito com vacilações, por não haver nos governantes uma vista de conjuncto capaz de infundir acção energica nos actos administrativos. O character do nosso estado social é de *desquibilibrio* de fôrças e incerteza nas correntes:

O problema da *educação*, por exemplo, irresolvido até agora, vai desgarrando, cada vez mais, do rumo da boa solução, pois a julgar pelos livros dos competentes e pêlas decisões dos responsaveis, andam elles tão imbuidos da anarchia pedagogica da França, que nenhum criterio revelaram na comprehensão do assumpto.

Ora, sendo a educação a sciencia e a arte de desenvolver energia humana, esse desvio é de pessimos effectos no engrandecimento nacional.

Insistirá principalmente o historiador em demonstrar a falta de educação politica de dirigentes e dirigidos, desde as balburdias da Constituinte até os actuaes processos de eleição ou funcionamento do Corpo Legislativo. Os males decorrentes desse estado lamentavel são incommensuraveis; o essencial, porém, é assignalar que as fôrças con-[p. 195] correntes, por mais intensas que sejam, pouco trabalho util produzirão se passam por aparelho defeituoso. Desperdiçam-se. Esse desperdicio de energia flagrante no dominio physico, também é lei constante na energetica social. Mas o degradamento é maior ou menor conforme forem boas ou

ruins as machinas de transformação.

Se o anarchismo tem alguma razão theorica é essa da fabulosa somma de fôrça malbaratada pêlo engenho governamental.

Onde a tradição e a educação infundiram o espirito de ordem e zêlo administrativo, como na Suissa e Inglaterra, não ultrapassam as perdas grandemente os limites razoaveis balisados pêla imperfeição dos homens. Onde, ao revés, a formação communaria impôs os seus defeitos, o govêrno é um sorvedoiro, passando muitas vezes a ser fôrça opponente. Taes os nossos Estados oligarchicos.

O desmontamento dessa machina deve o historiador fazê-lo, apontando as peças desfalcadas ou lesadas da ferrugem.

Para isso, releva não perder de vista nunca a *distribuição* das riquezas. É pela boa distribuição que se revela o govêrno bom. A má repartição delata mau govêrno. Boa é a repartição que augmenta a fôrça humana, que satisfaz o maior número de necessidades urgentes ou dispõe os serviços de melhor satisfacção futura.

Tenho que os nossos govêrnos, por esse lado, merecem acerba critica.

O historiador será imparcial, como se examinasse mineraes ou o curso dos astros.

Outro genero de desperdicio de fôrça está no não aproveitamento de ideaes uteis. Uma idéa é uma *invenção*. O individuo que lembra uma solução é como se inventasse um aparelho. O govêrno zeloso do bem publico deve favorecer a eclosão das idéas, executá-las ou activar a *imitação* dellas.

Não pode o historiador traçar o perfil dos nossos grandes homens sem destacar dentre as idéas delles as realmente uteis, indicando a applicação que tiveram ou o abandono em que morreram.

Não será demais precaver-se contra o preconceito do que se costuma chamar – *a obra de um govêrno*. Diz-se, por exemplo, que a obra de tal govêrno foi dilatar a viação, a de tal outro reorganizar as fianças, etc. Isso não tem sentido ou reverte, mais ou menos, em desabono delles, porque a obras de todos é uma só: desenvolver *bar-[p.196]monicamente* as fôrças nacionaes. Se um govêrno cuida de um problema relaxando outros procede mal, pois se não encarar todos de uma

vez não está na altura de sua missão. Somente nos transe de grande crise accidental será permitido ao govêrno desviar fôrças disponiveis para attender á urgencia do remedio.

É por exemplo, impossível, em situação normal, gabar ao govêrno que encanou todas as fôrças no alongamento das estradas de ferro ou na construcção de portos, descurando inteiramente outros problemas de igual interesse, como o da *educação nacional*. No anno passado, o govêrno de Santa Catharina annunciava em mensagem á assembléa estadual, como documentação do seu zêlo, a applicação de *três quartos* da renda na conservação e abertura de *estradas de rodagem*. De modo que, para enfrentar todos os demais problemas, inclusive o da instrucção publica, se reservou apenas a *quarta parte*. Assim os recursos consagrados á agricultura devem ter sido minimos e isso admira se reflectirmos em que a viação é apenas um dos muitos termos do problema agricola¹⁷.

g) O problema da *hegemonia* abrange outros muitos problemas secundarios.

O ideal da nação deve ser: estar na vanguarda das demais nações do continente, sob todos os pontos de vista.

Para que se tornem em realidade essa *hegemonia*, é mistér que se verifique nos cinco aspectos capitaes por onde concebermos toda a *educação*. Isso porque só temos influencia sôbre as *fôrças cosmicas*, por meio das fôrças *individuaes* e *sociaes*, que se avigoram exclusivamente pêla *educação*.

Ora, devendo a educação ser considerada sob cinco aspectos, *physica, intellectual, moral, practica* e *social*, é claro que do mesmo modo havemos de considerar o problema da hegemonia¹⁸.

A hegemonia *physica* significa o aperfeiçoamento da raça pêla gymnastica e pêla hygiene, intensamente praticadas; a supremacia militar, pêla organização do exercito e da marinha. [p.197]

A hegemonia *intellectual* comprehende a superioridade em sciencia e artes, garantida pêla educação mental em todas as classes.

A hegemonia *moral* corresponde ao que se chama *caracter nacional*, resultado do apuramento das qualidades de energia, sangue-frio, probidade, resistencia, etc., accentuados na

¹⁷ Importa accrescentar que, mau grado os dispendios, o problema da viação nesse Estado está longe de ser resolvido. As estradas continuam em lamentaveis condições.

¹⁸ Dou aqui a summula da minha classificação geral. Será desenvolvida no meu *Systema da pedagogia*. Facil é deduzir do exposto a importancia suprema do problema da educação. Pois tem sido o mais desprezado.

educação individual. O seu espelho será em grande parte a moralidade social e administrativa.

A hegemonia pratica consiste na formação technica dos operarios, commerciantes, agricultores, profissionaes superiores, etc., sem o que toda a ascendencia economica é um mytho. A historia o confirma. Além disso, incluem-se nessa divisão a economia, as finanças nacionaes, a diplomacia, a arte de governar.

A hegemonia social se caracteriza pêlo que designamos vulgarmente com a expressão: *usos e costumes*. É, de um lado, a etiqueta social, o estado das classes, os habitos domesticos, a educação civica, etc.; de outro, o perfeito funcionamento das instituições.

A nação que zelar com igual carinho para essa preparação racional do povo conseguirá, forçosamente, centuplicar as fôrças concorrentes, diminuirá as opposentes, tendo a estrada franca para a hegemonia decisiva, se dispõe, como nós, de recursos inesgotaveis.

O historiador nesse final capitulo da nossa historia recordará os antecedentes, apontando os desequilibrios tradicionaes e firmando o estado actual de cada problema secundario.

Formulará, dess'arte, um plano de administração, systematizado e uniforme. A administração, assim aclarada dos ensinamentos da historia, será arte capaz de dirigir e crear fôrças, não ás tontas, mas *conscientemente*.

V

Neste ultimo paragrapho direi rapidamente das qualidades e do preparo indispensavel ao historiador.

O homem que se sentir attrahido a escrever a nossa historia não conduzirá a bom termo se carecer de dons nem sempre cumulados, compensadamente, no mesmo individuo. [p.198]

Sabemos como a psychologia divide as mentalidades em *inductivas puras, deductivas puras e mixtas*¹⁹.

Procedem as primeiras por synthese, as secundas por analyse, as terceiras por ambos os methodos.

¹⁹ A graphologia conseguiu mesmo firmar os signaes caracteristicos de cada classe tão frisantes são elles. Vide *Système de la Graphologie*, de Hippolito Michon, fundador dessa arte.

Ora, sendo o estudo da sociedade obra de analyse, mas seu fim para a historia uma vasta synthese, é claro que só um espirito dotado das duas qualidades logrará ser um *historia conditor*.

Não se entenda por analyse a pesquisa minuciosa dos fatos. Isso é tarefa de eruditos. Analyse é o estudo comparativo dos factos para determinar o valor de cada qual, a sua significação, a sua extensão, a sua intensidade. Vem de ser feita pêlo mesmo espirito que se abalar á concepção dos problemas historicos e sua evolução.

Outro dom é a *imparcialidade*. A observação é corriqueira, mas convém repetir-se por ser exactamente a mais rara. Tanto mais o é quanto os temperamentos entusiastas propendem para o partidarismo, sympathizando ou antipathizando facilmente com as causas.

O homem que se interessa pêlo destino humano constróe na phantasia uma humanidade sem macula. É o idealista superfino. Quer que todos se alteiem á culminancia da sua idealidade, e, onde percebe jaças, decadencias, desvios, hesitações, recuos, logo se agita a condemnar, sem exame das condições determinantes dêsses erros.

Ora, tanto havemos de considerar natural a verdade como o êrro.

O erro é phenomeno social. Tem a sua causalidade, a sua evolução, a sua finalidade. Só é condemnavel se, havendo no auctor sciencia do bem, procedeu elle mal. Mas ainda nesse caso, temos de levar em conta a ruindade nativa que desde Adão é patrimonio muito nosso.

Deve o philosopho possuir do mal noção differente da vulgar, pois elle é, como tudo, coisa relativa. Grupados os homens em sociedade, o pendor de cada um é satisfazer as necessidades proprias do melhor modo e mais rapidamente possivel.

A solução primeira do problema é arremetter o forte contra o fraco, arrancar-lhe a propriedade, ainda assassinando-o. [p.199]

Para o ladrão é *bem*, para o esbulhado é *mal*.

Entretanto, esse regimen é incompativel com o augmento de energia.

Intervém, aos demais, uma necessidade especial, matriz de toda a sociedade: a necessidade *cooperação*. Para caçar feras, um homem só vê-se impotente. Allia-se a muitos, sobre a condição implicita de partilharem os lucros da empresa. Surgem as convenções, os pactos, os contractos, as leis: mas no fundo da *animalidade* persiste a *tendencia ao esbulho*.

Procura cada qual haver maior quinhão, quinhão superior aos seus serviços na comunidade e, como a maioria resiste, o ambicioso é odiado, é mau.

Essa compreensão, representando o mal como um phenomeno natural, tanto quanto a crystallização ou pollenização evitará que se surprehenda o historiador com as contracorrentes oppostas ás iniciativas uteis. Revoltar-se-á menos contra ellas.

Tomará mesmo para base do seu discurso a acção decisiva das duas molas fundamentaes do mal: a *ambição* e o *amor* e procurará, com o conhecimento do dynamismo historico, indicar os meios de conjurar os effeitos funestos dèsses dous elementos da maldade.

Terá que tocado no *problema final da humanidade*: a destruição do mal.

Estamos talvez auctorizados a acreditar nessa utopia, pois a humanidade tem melhorado muito e tudo a arrasta a melhorar sempre. Um dos meios mais efficientes de propaganda moral seria ensinar ao povo, pêla historia, como esse aperfeiçoamento se tem feito.

E logo apontamos outra qualidade essencial ao historiador: a *sinceridade*. É, no dizer de Carlyle, “*the first and last merit of a book*” e o poderoso estylista lhe define melhor o valor accentuado: “*it gives rise to merits of all kinds, - nay, at bottom it alone gives rise to merit of any kind*”. Antes já dissera: “*If a book come from the heart, it wil contrive to reach other hearts; all art and authorcraft are of small amount to that*”.

Se o historiador não tiver fé na sciencia e no futuro da sua raça não accenderá no seu livro essa chamma communicativa que lhe tresdobra o valor. Em sciencia quer-se o ardor que em religião, pois o merito supremo do pensador é tomar á sciencia uma religião do espirito. [p.200]

Agora, o preparo.

É superfluo insistir na necessidade de uma solida base scientifica.

A sciencia do historiador tem de ser encyclopedica. Não se objecte que na actualidade com o desdobramento da sciencia o encyclopedismo é chimera. Não ha tal. A sciencia não é tão vasta quanto se propala. O que lhe dá uns ares de complexidade inextrincavel é a *technica* scientifica. Já Buffon dizia que a sciencia é simples e os homens a tornam complicada.

Evidentemente não se vai exigir do historiador que seja especialista em todas as sciencias.

Augusto Comte dava mesmo como causa da *anarchia intellectual* esse vezo da especialização

que é mal se ela não assenta num estudo geral do Universo.

Os phenomenos andam todos relacionados uns aos outros. Se o pensador se confina num dominio e ignora os dominios convizinhos não está apto a entrever as relações remotas dos factos observados com as series de causalidades e effeitos.

Mas para conhecer as leis phisicas, por exemplo, não é indispensavel saber descrever aparelhos nem aprofundar-se nas manipulações de laboratorio. Conseguirei os principios capitaes da biologia sem apprender a separar carapaças de diatomaceas ou classificar protozoarios.

A vaidade de alguns parvos é que confunde sciencia com technica.

Essa é privativa do especialista mas aquella não é vedada ao homem culto. E a prova é que muitas vezes o philosopho sabe mais de uma sciencia particular do que o proprio especialista perdido nas futilidades e miudezas.

Entenda-se, portanto, a expressão *preparo encyclopedico* no sentido de noção completa das leis scientificas em todos os terrenos.

Duas sciencias, sobretudo, devem o historiador cultivar a fundo: a *geographia* e a *psychologia*.

Uma estuda o *meio* e outra a *alma humana*.

Mas a geographia, entre nós, é uma vergonha.

Não temos, positivamente não temos, um geographo, porque geographia não é nem cartographia nem dictionario geographico, repositorio de nomes e posições. É uma sciencia vasta, em via da systematização definitiva graças primeiro a Ritter e, ultimamente, Ratzel. [p.201]

Creio ser o primeiro a falar em Ratzel no Brasil e o primeiro a introduzir no ensino secundario as suas idéas.

Temos ficado na rotina dos nossos miseraveis compedios e ninguem procurou applicar ao Brasil, embora succintamente a nova orientação daquelle excelso espirito. Pois, ha perto de trinta annos publicou elle a sua *Antropogéographie*.

O historiador se quiser identificar-se com a terra, o scenario de vida brasileira ha de ser geographo na mais lata accepção do termo e por isso estudar a nossa flora, a nossa fauna, a nossa

geologia, a nossa hydrographia, a nossa metereologia, a nossa topographia.

Senão, fará obra esteril.

Por seu lado a psychologia fornecerá dados de primeira ordem.

Só ella dará a intuição da *alma humana* ondeando como um sorvedeiro de necessidades e fôrças. Ella é a chave de toda a sociologia mormente quando applicada ás multidões. Esse mundo de instinctos, sentimentos, emoções, idéas, vontade, consciencia, agita-se entrechocando-se com repercussões multiplas. É a fonte viva dessa *energia humana* cujas leis constituem a investigação ultima da philosophia, na sua concepção de energia universal.

Armado dêsses recursos passará o historiador em revista os factos de nossa historia esclarecidos então a jôrro electrico; mas no escrever o resultado da sua pesquisa, conforme delineei neste papel, uma derradeira qualidade se impõe: a arte de expor.

Pouco fará o historiador se não for, acima de tudo, um escriptor. Ha de manejar a lingua com a correcção classica e os resplendores do mais aprimorado estylo. Só vivem os livros redigidos com arte. A forma, em literatura, perdura mais que o fundo. Se se revestem as idéas com estopa crua figurarão, por mais geniaes que sejam, como productos de feira barata.

Lustra-se, porém, o envolucro com um brunido mesmo superficial e circulará nos tempos vindoiros como lenho de lei. Sobredoire-se agora o estofo caro com as scintillações externas e a obra será marco perenne.

(Rio, Agosto de 1910).

José Oiticica.

[p. 202]